



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1912/13	DATA: 07/11/2013
INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 13h08min	DURAÇÃO: 02h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h35min	PÁGINAS: 54	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CRISTIANE FAUSTINO DA SILVA - Relatora Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais — Plataforma DHESCA Brasil.

ALEXANDRE ANDERSON DE SOUZA - Presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar — AHOMAR.

ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Vice-Presidente da Confederação Nacional das Federações de Associações de Pescadores e Aquicultores Artesanais e das Organizações de Pesca — CONFAPESCA — e da Federação das Associações de Pescadores e Aquicultores Artesanais do Rio de Janeiro — FAPESCA.

LUCIANA SILVA GARCIA - Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO: Denúncias contidas no relatório *Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do COMPERJ*, da Plataforma DHESCA Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há orador não identificado.

Há expressão ininteligível.

Houve exibição de vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Bom dia a todos os amigos presentes; bom dia, Deputado e amigo!

Está aberta sessão de audiência pública na qual nós vamos tratar das denúncias contidas no relatório “*Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do COMPERJ*”, da Plataforma DHESCA Brasil.

O requerimento para realização deste evento é de autoria dos Deputados Sarney Filho e Chico Alencar.

Comunico a todos que este evento será transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado para posterior exibição nos horários de programação da *TV Câmara*.

Quero justificar a ausência do Deputado Sarney Filho, que se encontra no seu Estado, o Maranhão.

Convido para compor a Mesa dos trabalhos os seguintes palestrantes: Luciana Silva Garcia, Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (*palmas*); Cristiane Faustino da Silva, Relatora Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais — Plataforma DHESCA Brasil (*palmas*). Convido também o Sr. Alexandre Anderson de Souza, Presidente da AHOMAR — Associação Homens e Mulheres do Mar. Espero que o senhor não invoque Netuno. Às vezes, é o último recurso. (*Riso.*)

Vou justificar aqui que o Sr. Carlos Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, foi convidado a participar deste evento na tarde de ontem. A Assessoria Parlamentar da Secretaria do Meio Ambiente enviou mensagem em que ressalta:

“Entendemos que a mencionada pauta não se encontra diretamente afeta a este Ministério, referindo-se a um licenciamento estadual realizado pelo INEA-Rio de Janeiro. Ou seja, a matéria seria de interesse estadual. Impossibilitados de comparecer, portanto, apresentamos escusas. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.”



Também o Sr. José Aparecido Barbosa, Gerente de Relacionamento Comunitário da Gerência Executiva de Responsabilidade Social da PETROBRAS, não poderá comparecer porque se encontra de férias. A PETROBRAS informou que neste momento não seria possível designar profissional igualmente qualificado para participar desta audiência pública.

Prestados esses esclarecimentos, quero dizer aos meus queridos expositores que cada um terá 20 minutos. Temos ali um cronômetro para orientação. Srs. Parlamentares e demais presentes, quero também observar que esta Comissão promoverá um debate interativo. Nós estamos ampliando o nosso auditório, estamos entrando ao vivo na Internet pelo portal e-Democracia, e os nossos assessores farão a mediação com os internautas.

Comunico que esta sessão será gravada. Solicitamos aos senhores palestrantes que assinem a liberação de suas imagens para transmissão em programas desta Casa.

Nós ambientalistas, enfim, as pessoas ligadas às questões do meio ambiente, temos enfrentado um problema ao longo de muitos anos: a precaução contra acidentes nessa relação entre patrimônio natural e extração de petróleo. Temos tido algumas dificuldades. Não é nenhuma novidade estarmos novamente debruçados sobre essa questão, uma vez que nós avançamos muito pouco no sentido da prevenção desses acidentes.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, como é procedimento normal desta Casa, eu quero passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado proponente, Chico Alencar, que deverá conduzir a discussão.

Muito obrigado, Chico (*palmas*), muito obrigado a todos e bom debate. Chico é uma garantia de bom debate. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Agradeço ao Deputado Penna, do PV de São Paulo, nosso Presidente da atuante Comissão de Meio Ambiente.

Quero apenas pedir desculpa a todos os que estão aqui, a todos os que nos acompanham, aos nossos convidados, que atenderam ao convite, por uma lacuna absurda, inaceitável, limitadora nesta audiência, mas não inibidora dela. Sua importância continuará existindo. Mas é inaceitável — quero reiterar aquilo que o



Presidente Penna já comunicou — o poder público para além do Legislativo, que, obviamente, não só acolhe, propõe, realiza esta audiência como lhe dá o devido valor... Foi o nosso Presidente da Comissão que aqui esteve para abri-la.

Vocês sabem, como se diz aqui no Parlamento, que quinta-feira é dia de vazante. As sessões, até na quarta-feira, vão até tarde. Acreditem, eu tive que dar uma olhadinha no primeiro tempo de Flamengo e Goiás no cafezinho do plenário, com a maioria torcendo contra, o que para um flamenguista é uma verdadeira injúria. Tinha Deputado de Pernambuco, de Minas... *“Ô rapaz, vai cuidar lá do teu América Mineiro! Do Náutico!”* Mas, não; todos contra.

De qualquer forma, eu estou fazendo essa digressão futebolística para dizer que nós ficamos aqui na sessão até 10 e meia da noite. Em geral, nós nos concentramos muito nas terças-feiras e quartas-feiras. Nas quintas-feiras de manhã, muitos Deputados assumem compromisso nos seus Estados. Ainda assim, o Deputado Penna esteve aqui, abriu esta sessão, e nós vamos levá-la até o fim, até a hora que for.

Portanto eu quero fazer este protesto público mesmo: o Ministério de Minas e Energia dizer que, nas suas atribuições e competências, não teria nenhuma contribuição especial para engrandecer o debate e não enviar ninguém é um desrespeito, em primeiro lugar, à população em geral; à população do Rio de Janeiro em particular; ao Parlamento, que é um dos Poderes da República; à sociedade civil e aos movimentos aqui representados.

Na mesma linha, a PETROBRAS, a quem recorremos, diante da negativa do Ministério de Minas e Energia, disse que a pessoa que poderia vir aqui, o Gerente de Relacionamento Comunitário da Gerência Executiva de Responsabilidade Social da nossa PETROBRAS — tem que ser mais nossa ainda, cada vez mais — não pode comparecer, porque está gozando de férias. São justíssimas, um direito do trabalhador irrenunciável, mas é de se supor que uma empresa do porte da PETROBRAS tenha mais alguém para vir aqui substituí-lo. Inclusive foi dito que, como o convite ficou muito em cima, não houve tempo para designar profissional igualmente qualificado. Na minha terra isso se chama “conversa para boi dormir”.

Também — eu não sei qual grau de omissão é o mais grave e, de desrespeito, o mais forte — o Ministério do Meio Ambiente, leia-se também todos os



seus órgãos vinculados, como o IBAMA, disse que não pode vir, como o Deputado Penna já destacou, porque a questão em tela refere-se a um licenciamento estadual, realizado pelo INEA do Rio de Janeiro. Então, essa matéria é de interesse estadual. O Ministério não é, então, do Meio Ambiente, é do ambiente compartimentado; isso não é atribuição minha e não é do Brasil. É o Ministério do Meio Ambiente naquilo que lhe diz respeito pelo papel, pelo Regimento.

Então, tínhamos que ter aqui o Secretário Carlos Minc, o Governador Sérgio Cabral, porque este é um assunto exclusivamente do Rio de Janeiro. A Baía de Guanabara, como a Baía de Todos os Santos, como a Baía de Santos e tantas outras, como o Rio São Francisco, como o Rio Amazonas são atribuições, no cuidado ambiental desses bens naturais ditos brasileiros, só dos respectivos Estados. De novo o dito popular: *“Conversa para boi dormir”*.

Vocês que estão aqui, nossos convidados, me desculpem, mas não dava para, em nome da Comissão de Meio Ambiente, em nome da Câmara dos Deputados, deplorar essas ausências, que, aliás, não são incomuns. Não é a primeira vez que eu mesmo faço essa reclamação. Isso tem um nome simples: desrespeito. É a nossa República, que vai comemorar aniversário daqui a pouco mais de uma semana — como dizia o Lima Barreto, *“República dos Bruzundangas”*.

Vamos ao importante, que é a presença de vocês. A audiência é exatamente para algo que Deputado não costuma fazer muito, que é escutar, e para trazer aqui o clamor da população.

Eu sempre reitero algo: pessoas que eu conheci pessoalmente — tenho esse privilégio na vida —, Lúcio Costa, irmão da minha madrinha de criação, e Oscar Niemeyer, quando conceberam Brasília, o Palácio do Congresso Nacional, colocaram essa cuia côncava sobre a Câmara dos Deputados para simbolizar que ela é a Casa que ouve as demandas da população e todos os seus clamores. Às vezes, a turma tem que chegar bem perto da cuia, subir ali em cima, para ver se a gente escuta, como aconteceu recentemente em junho. A audiência pública, que é um belíssimo instrumento do Parlamento, tem esta finalidade: escutar o que a sociedade, através dos seus diferentes segmentos, tem a dizer sobre algo que é grave, que é importante e que é um problema, como é o caso da implantação do COMPERJ, da indústria petrolífera na nossa Baía de Guanabara.



Então a palavra de vocês, para nós, é muito importante. Seria importante também ouvir o contraponto das autoridades, que se omitiram, não vieram, fugiram. Mas tenho certeza de que tudo será registrado, gravado, anotado e, do ponto de vista deste Poder da República, às vezes tão apequenado e desconsiderado, que é o Parlamento, tudo o que vai ser dito aqui vai ser objeto de cobrança, de continuidade, de tentativa de superação dessas mazelas que serão apontadas aí, que têm de ser superadas, como um direito da população.

Cada convidado vai fazer a sua explanação durante 20 minutos. Quando faltarem 5 minutos, eu aviso. Espero que alguém me providencie aquele famoso cartazinho antipático, mas menos antipático do que falar: “*Cinco minutos*” ou aquele outro mais antipático ainda: “*Fim*”, “*Concluir*”, “*Conclua, por favor*”, aí eu passo.

Luciana, pois não.

A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - Eu tenho uma proposta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Você tem uma proposta? Pois não.

A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - Bom dia, Deputado.

Vou fazer uma proposta à Mesa, à Presidência: a Cristiane Faustino, Relatora da Plataforma DHESCA, iniciar os trabalhos, fazer a apresentação, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Sem dúvida nenhuma.

Então, nossa primeira palestrante é a Cristiane Faustino da Silva, da Plataforma DHESCA — Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, que teve o seu foco muito apurado, com muito saber técnico e sensibilidade humana, no problema, que vai relatar aqui, do meio ambiente na Baía de Guanabara.

Bem-vinda, Cristiane.

A SRA. CRISTIANE FAUSTINO DA SILVA - Bom dia.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que este é um momento importante para a democracia brasileira, para a gente discutir os direitos humanos.

Também quero me somar aqui ao Deputado e lamentar a ausência de sujeitos importantes neste debate da questão ambiental e seus vínculos com os direitos humanos. Eu acho que essa ausência só demonstra para a gente o lugar



reservado aos direitos humanos pelos poderes públicos, pelas autoridades públicas ou pela maioria, uma visão completamente fragmentada que descola de suas próprias responsabilidades a necessidade de garantir os direitos humanos. Então, isso é um pouco emblemático e tem sido o que a gente tem visto por aí, nas nossas andanças pelos territórios, investigando as violações de direitos humanos.

Eu queria saudar aqui meus colegas da Mesa, saudar o pessoal que está nos ouvindo, saudar a presença dos pescadores da Baía de Guanabara. *(Palmas.)* Acho que vale a pena a gente fazer uma saudação especial, porque é um povo que tem resistido bastante.

Rapidamente, eu queria explicar a vocês o que é o nosso trabalho, qual é a nossa intenção. Nós, a Plataforma DHESCA, somos parte da sociedade civil organizada, somos uma articulação e, nessa articulação, fazemos esse trabalho de investigação. Recebemos denúncias de violações de diferentes campos e faz investigação. Vamos aos territórios, conversamos com os diferentes sujeitos, organizamos, conversamos com as autoridades, com os poderes públicos.

A gente tem como uma coisa muito importante no nosso trabalho fortalecer a luta das pessoas, dos grupos sociais que estão tendo seus direitos violados; no caso da minha relatoria, direitos fortemente vinculados à questão ambiental. A gente não pode esquecer que o meio ambiente não é uma coisa sozinha. O direito ao meio ambiente é basilar para garantir muitos outros direitos: direito à moradia, direito à saúde, direito à educação. Então, a nossa intenção é fortalecer esses grupos e fortalecer as lutas por uma cultura de direito no País.

A gente também intenciona ajudar o Estado e as autoridades públicas a se darem conta do intenso processo de violação de direitos que temos percebido em nosso País, principalmente em nome do modelo de desenvolvimento, e tomarem atitudes no sentido de superarem a situação. Nesse sentido, a gente compreende que é absolutamente legítimo que os grupos prejudicados por grandes projetos, como o COMPERJ, manifestem-se, façam denúncias e exijam aquilo que é necessário para terem garantidos os seus direitos.

Nos últimos anos, a Plataforma DHESCA vem recebendo muitas denúncias de casos de violações referentes à indústria do petróleo no Rio de Janeiro, que hoje



é um dos setores mais estratégicos, do ponto de vista econômico, não só no Rio de Janeiro mas também no Brasil.

No período de 2007 a 2020, o Rio de Janeiro deverá receber investimentos públicos e privados na ordem de 309 bilhões de reais para alguns setores, como indústria de transformação, petróleo e gás, logística de transporte, indústria naval e geração de energia, e 54% desse valor vai ser destinado à indústria de petróleo e gás. Então, como o investimento é muito alto, o Estado joga peso na indústria do petróleo como estratégia de desenvolvimento econômico, não só o Estado do Rio de Janeiro mas também o Brasil, sob o argumento de que esses modelos, esses projetos de desenvolvimento produziram os recursos necessários para enfrentar a pobreza e para melhorar os indicadores sociais do País.

Dentro dessa estratégia e dessa prioridade, aqui está o COMPERJ — Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, um projeto inserido no PAC, um dos mais importantes investimentos privados, um dos mais importantes investimentos da PETROBRAS, porque é uma refinaria que também vai ser adaptada para o refino do pré-sal. Nem preciso dizer o quanto o pré-sal tem sido discutido e aparecido publicamente como uma grande riqueza nacional.

O projeto está sendo instalado na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, um lugar poético. Conhecemos a Baía de Guanabara pelas músicas e pelas poesias e por ser cantada por muita gente no samba, mas realmente é uma região completamente detonada por diferentes atividades industriais, principalmente atividades referentes à indústria do petróleo.

O COMPERJ tem um sítio principal no Município de Itaboraí, que é a sua base, é onde fica a planta industrial da refinaria, mas isso implica também outras grandes intervenções, como instalação de dutos, ampliação de terminal, adutoras, ramal ferroviário, dutos de afluentes, emissários marítimos. Enfim, há uma imensa intervenção no território, ocupado por diferentes populações e comunidades, e vamos focar aqui, principalmente, o problema da população e das comunidades de pescadores que vivem no entorno da Baía de Guanabara e que têm confrontado esse e outros projetos implementados lá. Para V.Exas. terem ideia da dimensão, ele impacta diretamente 7 Municípios e, de uma forma mais ampliada, impacta 23 Municípios. Então, é uma grande intervenção no território. A grande atividade do



petróleo a gente sabe que tem alto potencial de contaminação e de impactos socioambientais, ela muda a dinâmica dos territórios.

Do ponto de vista dos valores, em 2010, quando começaram as obras na base, no Município de Itaboraí, dizia-se que o projeto valia 8,4 bilhões de reais, mas depois o custo foi aumentando, de modo que em 2013 passou a ter o valor de 12,7 bilhões de reais.

Uma coisa que eu queria observar rapidamente — estou falando rápido por causa do tempo e porque tenho um monte de coisas para dizer e não sei se vai dar tempo — é que, ultimamente, todos vocês devem ter acompanhado, a gente tem visto calorosos debates sobre o petróleo e os leilões, a discussão de como devem ser distribuídos os *royalties* do petróleo, a importância econômica e estratégica do petróleo. O debate sobre ser ou não privatizado tem fluído na imprensa, na mídia, e todos nós temos tido acesso a esses debates. Mas o que a gente pode observar é que, no debate todo, seja envolvendo a imprensa, o Congresso, o Governo Federal e mesmo alguns movimentos, a gente não escuta nem uma linha sequer sobre os impactos sociais e ambientais dessa atividade na vida das populações onde ela é implantada.

Então, existe um processo de invisibilização total desses impactos, o que acaba sendo muito perverso para essas populações, porque elas perdem. É como se não tivessem a legitimidade de dizer: *“Olhem! Esperem aí! Tudo bem, o petróleo é importante, mas como é que a gente vai fazer para enfrentar os imensos impactos que nós estamos vivenciando lá no nosso território, onde estão sendo implantadas as atividades?”*

Então, existe uma invisibilidade em nome de um modelo de desenvolvimento, de uma ideia de desenvolvimento. Temos que questionar, porque um desenvolvimento que é feito à custa de grupos sociais, à custa de território, eu acho que a gente tem que no mínimo questionar.

Há um processo de invisibilização e de secundarização das zonas de sacrifício, ou seja, dos locais e das populações que são sacrificadas para a implementação dessa coisa do modelo de desenvolvimento, com o petróleo incluído.

No caso do Brasil, a Baía de Guanabara é hoje uma das maiores zonas de sacrifício pela atividade petroleira, mas também por outras atividades, na instalação



de outras indústrias, do lançamento de resíduos tóxicos, de dejetos industriais, derramamento de óleo.

O maior acidente ecológico que aconteceu no Brasil foi na Baía de Guanabara, em 2000 — alguns de vocês devem se lembrar, e os pescadores com certeza se lembram —, quando foi derramado 1,3 milhão de litros. Isso é o que foi divulgado pela própria PETROBRAS, mas pode ter sido muito mais, e há quem diga que foi mais. Até hoje os pescadores, as pessoas que foram prejudicadas não foram devidamente, não digo compensadas... Elas não tiveram reparados minimamente os seus prejuízos.

Então, é nesse lugar que está esse projeto. Foi a partir daí que nós recebemos muitas denúncias de violação, de processo atropelado, de antidemocracia no debate, de violência contra os pescadores e pescadoras que resistiam. Nós fizemos visitas, conversamos com muitas pessoas. Eu queria rapidamente falar aqui para vocês sobre quais são as nossas impressões, o que a gente percebeu.

Primeiro, há um profundo e absurdo descolamento entre a perspectiva de desenvolvimento, o discurso, o argumento econômico e o esforço de garantia dos direitos. Então, as conquistas das populações, as conquistas democráticas são desfeitas para poder ser implementado o projeto, que é o mais importante a partir do argumento econômico. Sob esse argumento econômico tudo se justifica.

Então a gente percebeu que nesse contexto também há uma baixíssima preocupação da autoridade pública, e vou aqui colocar como emblema o INEA, o Instituto Estadual do Ambiente, do Rio de Janeiro, que foi o órgão público responsável por fazer os licenciamentos. Eu sei que é muito mais do que o INEA; obviamente, a gente sabe que há uma escolha do Governo por um modelo de desenvolvimento que talvez não se tenha como negar quando chega no Estado, mas vou considerá-lo porque foi um sujeito com o qual a gente conversou e que atuou diretamente no processo.

Há uma baixa preocupação com a situação preexistente das perdas ambientais, territoriais e culturais das comunidades de pescadores e pescadoras, considerando que a Baía de Guanabara já é uma área bastante impactada com muitos projetos, muitos efeitos negativos sobre a vida das pessoas e sobre a



condição ambiental. Não há muita preocupação. O INEA não se preocupou em fazer uma avaliação estratégica do projeto que considerasse os novos impactos e os impactos anteriores presentes no território. Tem havido uma grande negligência das autoridades públicas no que se refere às garantias ambientais e sociais frente aos projetos econômicos de forte impacto.

Há pouca preocupação com as garantias, as conquistas democráticas que os grupos sociais impactados enfrentam ou conseguiram ao longo das lutas sociais no Brasil. Passa-se por cima de muita coisa, passa-se por cima do direito de participar na decisão sobre o uso e a ocupação do território, por exemplo, passa-se por cima do direito das comunidades tradicionais de terem os seus ambientes saudáveis para exercitarem os seus trabalhos tradicionais e históricos que garantem a sua vida.

Há muitos questionamentos, que já são feitos pelo movimento e pelo próprio Ministério Público, que a gente também pode fazer. Um primeiro questionamento é sobre a localização do projeto, que está situado num mosaico de Unidades de Conservação. Tenho 5 minutos, então, vou aqui só citar rapidamente. Ele está dentro de uma área de altíssimo valor ambiental, onde há os melhores bosques de manguezais, que é a APA de Guapimirim, onde estão as melhores águas do Rio de Janeiro. Então, é como se tivessem escolhido. Uma pessoa disse para a gente na nossa investigação: *“É como se tivessem escolhido a dedo o melhor lugar para implantar o COMPERJ, o melhor lugar para os pescadores, para as populações, para a preservação e para a conservação ambiental”*. Isso já de cara nos traz um problema.

Outra questão que se pode colocar como problema é a competência de licenciar. Como o COMPERJ está situado em área federal, porque Baía é área federal, pelas águas do mar, e impacta 23 Municípios, em princípio, ele deveria ter sido licenciado pelo IBAMA, que, em tese, gozaria de um pouco mais de autonomia frente ao Governo do Estado. Mas o IBAMA fez algumas ponderações, questionou essa localidade, exigiu que fossem feitos mais estudos para ver realmente e mais profundamente os impactos, e isso gerou um certo esforço político das autoridades públicas para manter o IBAMA de fora do licenciamento.

Outra coisa que demonstra que existem muitos problemas nesse processo é a própria existência de várias ações, de várias intervenções do Ministério Público,



tanto do Ministério Público Federal quanto do Ministério Público Estadual. O Ministério Público Federal questionou a competência para o licenciamento, questionou profundamente.

Existem no Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro pelo menos sete inquéritos civis, dentre outros, que investigam os impactos sociais causados aos cidadãos; a regularidade do licenciamento e os impactos ambientais do projeto; a regularidade do sistema de dutos e terminais; a regularidade do licenciamento do emissário; a regularidade do licenciamento das linhas de transmissões que precisam ser instaladas para o projeto funcionar poder. Enfim, são muitos os processos que o Ministério Público Estadual está movendo, questionando várias coisas.

Uma coisa muito importante que também é problemática é que os licenciamentos estão sendo feitos de uma forma bastante fragmentada. Para o COMPERJ existir e funcionar — ele não é só a base em Itaboraí, ele não é só a refinaria ali — ele precisa dos dutos, precisa dos emissários de efluentes, precisa da linha de transmissão, precisa de uma série de obras que o façam funcionar. Só aquele local lá, em Itaboraí, da refinaria não o faz funcionar.

O que acontece? O licenciamento é feito de uma forma bastante fragmentada. Se o Estado licencia a base, ele está dizendo que você pode funcionar. Mas como vai funcionar? O Estado fica aprisionado para licenciar os dutos, para licenciar os emissários, porque não faz sentido. Então, tem esse jogo de amarração que limita bastante tanto a possibilidade de uma avaliação mais profunda do Estado quanto a possibilidade de participação real da sociedade civil e das comunidades, porque de antemão já está resolvido.

Outro tipo de questionamento que a gente pode trazer para cá, como um problema, é que nos processos de estudo, de análise dos impactos, além de não ter como norte uma investigação mais profunda sobre o que significa de acréscimo de impacto, sobre o que significa de interação entre os diferentes impactos, há uma total negligência, uma completa ausência de discussão sobre populações, sobre os impactos na vida das mulheres, na vida das crianças, na vida da população idosa, sobre os impactos na própria pesca artesanal. Não tem nada! Tem pouquíssima coisa! O discurso é de que só há impacto na pesca durante as instalações, durante as obras.



Os pescadores vêm trazendo muitas denúncias de que não é bem assim, de que durante o funcionamento há muitos impactos. Os pescadores percebem a redução do pescado, e que ela pode se agravar mais ainda, só que a fala dos pescadores, a fala de quem vivencia no território é completamente desqualificada. A prioridade do debate é voltada para as questões técnicas, para o que se pode provar cientificamente.

A gente sabe que se trata de população tradicional, que experiênciam o território; de pessoas que convivem com aquela dinâmica, que conhecem os ecossistemas, que conhecem a biodiversidade e que têm total condição, e é absolutamente justo e legítimo que essa fala tenha influência na decisão sobre a política.

Mas o discurso do Estado segue duas linhas: a primeira linha é no sentido de dizer que não há provas do que os pescadores dizem, e a segunda é um discurso de fim da pesca artesanal, de que já não existe pesca artesanal, de que as populações que vivem da pesca cada vez menos querem que seus filhos vão para a pesca. Então, a saída é dizer que não interessa mais para os pescadores manter o território porque eles não vão pescar, não vão mais colocar os filhos para pescar e não se interessam mais.

Chegou-se ao ponto de o BNDES dizer para mim e para a Sabrina, minha assessora, que está ali: *“Não tem problema! Se não tem mais como pescar, a gente empresta o dinheiro para os pescadores fazerem outras coisas na vida.”* A gente sabe que não é assim! Quando a gente está falando de populações tradicionais, a gente não está falando só de geração de trabalho e renda, mas também de relação com o ecossistema, de relação com a terra, de relações entre as pessoas e de todo o modo de vida que se estabelece nas comunidades de pescadores e pescadoras.

Durante o debate a gente vai trazer outras coisas bastante importantes.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Cristiane.

Aproveito para registrar aqui as presenças muito importantes do Vereador de Niterói, Henrique Vieira, do PSOL, lá da Cidade Sorriso; do Chefe de Gabinete da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Câmara Municipal de Niterói, Vinícius Almeida; da AHOMAR, não apenas através do



Alexandre, mas também de vários outros homens e mulheres do mar, destacando que vieram do Rio numa van, e por isso o esforço não será vão; da Vida e Juventude, uma organização não governamental que tem parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, órgão público do Executivo que atendeu ao nosso convite e que aqui está, através da Luciana — a Vida e Juventude tem uma parceria com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; da Justiça Global; da Plataforma DHESCA, tão bem representada pelo Cristiano; da Associação dos Pescadores Livres de Guia de Pacobaíba, Magé; e também do SINDPESCA, do Rio de Janeiro — Sindicato dos Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro. Sejam bem-vindos!

Também a Assessoria Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente está aqui, através do Guilherme, e a do Ministério das Relações Exteriores, com o Fabio. Sejam bem-vindos. Obrigado.

Aos que nos acompanham pela Internet, agradecemos também a presença e a participação. Fiquem atentos! Podem mandar perguntas.

Vamos ouvir agora alguém que eu até pessoalmente já conheço de outras batalhas em defesa da própria vida, que é o Alexandre Anderson, Presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar. Ele está aqui com o seu netinho, o Cauã. Seja bem-vindo, Cauã! Parabéns por nos suportar, porque deve ser muito chato para você. Aqui deveria ter uma brinquedoteca.

Vamos lá, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ANDERSON DE SOUZA - Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Deputado por essa batalha que deve ter sido travada para se conseguir essa audiência pública. É sempre bom estar com o senhor, Deputado. Eu estava me lembrando de que tive a felicidade, em 2011, de receber a Medalha Chico Mendes de Resistência da mão do senhor, e novamente tenho a honra de estar ao seu lado aqui.

Eu também quero dizer que houve um consenso, na viagem, entre as entidades de pescas e entre os companheiros e a comunidade, de que o relatório da Plataforma DHESCA realmente reflete a realidade do que vem ocorrendo no contexto COMPERJ e os impactos sobre a pesca e o meio ambiente na Baía de Guanabara. Inclusive, o relatório também fala e aponta que é pertinente a questão



da criminalização e do processo de exclusão social que vêm promovendo essas petrolíferas na região.

É uma pena que não tem como colocar no relatório foto e filmagem. Talvez a gente tivesse que fazer uma censura aqui de 18 anos, talvez a gente tivesse que tirar a criança daqui, porque as coisas que ocorrem na Baía de Guanabara são muito graves. É um barril de pólvora.

Eu gostaria de pedir que fosse colocada a imagem de um mapa. Eu não vou fazer apresentação de Power Point, mas vou deixar um mapa aqui e gostaria que vocês o visualizassem. O nosso caro amigo Deputado conhece muito bem. Essa é uma foto da Baía de Guanabara. Quem é carioca ou quem tem conhecimento da região sabe que isso aí, na verdade, tem o formato de uma ferradura ao contrário, mas hoje parece mais um barril de pólvora, com um pavio no final, saindo ali por Niterói e pela Urca.

Esse mapa foi confeccionado, com a ajuda de uma entidade chamada APEDEMA, pela AHOMAR — Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara —, em 2007, e foi apresentado na primeira audiência pública do COMPERJ. Nós, da Associação Homens do Mar, através de requerimento administrativo, conseguimos a audiência pública e fizemos o mapa. Na verdade, fizemos uma colagem naquele mapa, com base nos próprios estudos de impacto ambiental da PETROBRAS, das áreas de impacto negativo direto e indireto sobre a pesca.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou continuar com o mapa. Para vocês verificarem, dá para situar o aeroporto, que é na Ilha do Governador, o Aeroporto Internacional Tom Jobim. Ali não existe área fora das áreas de impactos negativos dos empreendimentos da PETROBRAS. Isso, em 2007. Se eu fizer uma atualização, eu acho que vai faltar mapa para colocar os impactos negativos da obra sobre a pesca e o meio ambiente.

Esse mapa assustou a PETROBRAS, porque ali o pescador teve que deixar de pescar, teve que deixar de cuidar dos seus afazeres seculares, da sua família, para criar ferramentas de luta por causa de um processo que hoje se agrava de expulsão covarde do território pesqueiro do meio ambiente da Baía de Guanabara. Isso está muito mais avançado, e há outras facetas que eu vou poder citar.



Eu não vou fazer uma crítica às ausências. Eu vou dizer que o Ministério do Meio Ambiente e que o IBAMA não estão fazendo falta aqui, porque eles fazem falta lá no processo de licenciamento, na fiscalização. Aqui eles estão sendo substituídos pela AHOMAR, que tem verdadeiro respeito ao meio ambiente, à fiscalização e que age conforme todo cidadão brasileiro, denunciando e na defesa do ecossistema da Baía de Guanabara.

Também não vou fazer crítica alguma ao Ministério de Minas e Energia, porque não tem o que criticar. A questão já é crítica lá. E aqui já está sendo bem representado pelos companheiros do SINDPESCA e da Associação dos Pescadores Livres de Guia de Pacobaíba, que trabalham verdadeiramente pelos brasileiros, notadamente de Magé e da Baía de Guanabara.

Para a PETROBRAS, sem comentários, mas eu vou falar. A PETROBRAS aqui não está, mas estão os verdadeiros companheiros que têm responsabilidade socioambiental, que é o pessoal da FAPESCA, da CONFAPESCA e da Colônia Z-7, representadas pelo Otto e pelo André, que fazem o trabalho da PETROBRAS lá.

Também não estão aqui alguns Deputados, mas não preciso nem dizer que o senhor nos representa e supre essa ausência em tamanho e altura.

Voltando à questão da Baía de Guanabara, ali foi o local onde ocorreu o maior desastre ambiental no ecossistema marinho da história do Brasil, quando vazaram, em 2000, 1 milhão e 300 mil litros de óleo.

Eu acho que todos sabem desse vazamento, foi publicitado no mundo todo. Só que não foi publicitado que esse vazamento completou 13 anos e que não houve compensação para ninguém, para nenhuma das 23 mil famílias da Baía de Guanabara que viviam da pesca e da extração, da cata dos caranguejos.

Não houve indenização. O processo findou em 2005, mas vem sendo protelado na Justiça covardemente até a data de hoje pela PETROBRAS, e, é claro, com muitas ações da PETROBRAS. É uma questão política para isso continuar, talvez, por mais 20 anos.

Nós sabemos que muitos desses 23 mil pescadores estão morrendo de morte natural, estão morrendo assassinados e não vão poder verificar a justiça deste País, porque a PETROBRAS tem o interesse de alguém, que não é o nosso interesse, dos pescadores.



O interesse, sim, é de que a PETROBRAS tenha uma reforma, porque ela está sendo muito mal administrada. Aliás, o petróleo não é mais nosso! A gente também tem que começar a mudar esse discurso.

Outra questão é que as obras da Baía de Guanabara começaram justamente após o vazamento, uma das coisas que no relatório está apontado. Foram empreendimentos fragmentados, licenciados. Posso citar alguns: projeto GNL, projeto GLP, ampliação da REDUC, mais alguns lançamentos de dutos.

Daquele duto que vazou em 2000, foi lançado um idêntico em 2001 ou 2002, aumentando o poder poluidor. Não houve o princípio da precaução. Eu acho que o princípio da precaução não vale para o meio ambiente e para a sociedade carioca, principalmente para a sociedade e as comunidades tradicionais da Baía de Guanabara. Então, em vez de evitar, em vez de limpar, de mitigar, de compensar, criaram-se outros motivos para isso que estamos vendo.

O que gerou isso tudo? Eu vou fazer algumas citações. O tempo é curto e eu vou dividi-lo com dois companheiros, da Colônia Z-7 e da FAPESCA, para ajudar a enriquecer o discurso. Mas, dentro desse contexto, todas as falas dos pescadores da Associação Homens e Mulheres do Mar vêm sendo comprovadas, às vezes até pela própria PETROBRAS e pela grande mídia.

A PETROBRAS vem denunciando a presença de homens, de grupos paramilitares armados, prestando serviços institucionais para empreendimentos da PETROBRAS e empresas ligadas à PETROBRAS, obras do PAC, obras financiadas pelo BNDES — quer dizer, dinheiro de brasileiro para matar brasileiro.

Isso foi comprovado. Nós temos uma reportagem, de agosto de 2011, na qual o Delegado Titular da Delegacia de São Gonçalo afirma que existe uma milícia armada. Nós perdemos um companheiro, no ano passado, por uma milícia armada marítima, e ele já falava disso.

Não muito longe, em novembro do ano passado, na revista *Veja*, na matéria Água Negra, um Delegado da Polícia Federal e um Procurador Federal de São João de Meriti confirmam que a PETROBRAS, através da Refinaria Duque de Caxias, se prevalece de uma milícia própria para afugentar e matar opositores das obras de infraestrutura da REDUC. Então, é ou não é verdade?



O pior é que aconteceu isso agora no último dia 31, quinta-feira. Todos sabem que a Associação Homens e Mulheres do Mar, a FAPESCA e outras associações, a própria Associação dos Pescadores Livres de Guia de Pacobaíba, ocupam estrategicamente alguns conselhos. Nós ocupamos o conselho da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Baía de Guanabara, que está bem delimitada ali no mapa, de verde. Inclusive, são duas unidades de conservação administradas pelo Instituto Chico Mendes, e a AHOMAR já ocupa esses assentos desde 2005.

O chefe da APA de Guapimirim, o Sr. Maurício, durante uma reunião, fez uma denúncia — e nós já estamos tomando posse dos ROs — de que durante uma fiscalização, no dia 30 do mês passado, na quarta-feira passada, ele estava abordando um rebocador da PETROBRAS que prestava serviço para o píer do COMPERJ que está sendo feito na Praia da Beira, em Itaoca, e que ele sofreu, por várias vezes, a tentativa de ser morto em cima de sua embarcação, com sua fiscalização. Ele foi abalroado por mais de seis vezes.

O mais triste, Deputado, senhores e senhoras, é que ele teve que pedir para não ser morto, juntamente com a sua fiscalização, porque ele não estava com roupa oficial. Ele teve que rasgar a camisa e mostrar um crachá do Instituto Chico Mendes e dizer para as duas lanchas da PETROBRAS: *“Parem, parem, porque eu não sou pescador. Não me matem! Eu sou da fiscalização.”* Aí a lancha parou de abalroar. Eles já estavam indo para o fundo. Isso ocorreu no mar.

Foi feito por ele, e comunicado dentro da APA, um RO, e ele vai nos fornecer isso em tempo hábil. Ele falou que não pode dar voz de prisão, porque naquele momento ele não estava contando com uma guarda armada.

Então, o que a AHOMAR, o que os companheiros da pesca vêm denunciando é que nós estamos sendo expulsos covardemente, sendo perseguidos pelo braço armado do Governo do Estado e também por milícias. Isso vem sendo comprovado até por gestores públicos. Isso é um grande absurdo. Eu acho que todos nós aqui temos que tomar uma atitude de imediato. A sociedade civil já está agindo. Todos aqui temos que tomar uma atitude imediata em relação a esse conflito que está aumentando lá.

Vou deixar meus companheiros falarem, mas quero dizer que a gente precisa urgentemente criar uma estrutura realmente eficaz para absolver essas lideranças



que estão sendo ameaçadas, que são muitas. Nós temos companheiros com tiro na barriga, companheiros com tiro na perna, companheiros com estilhaços, companheiros mortos, tudo porque estavam tentando pescar num local que sempre foi deles.

Então, a gente vai continuar lutando, vai continuar fazendo o que a gente sempre soube que é o certo e que é verdadeiro.

Obrigado. Vou passar a oportunidade para o companheiro André, da FAPESCA. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Alexandre Anderson de Souza.

Agora, o André Luiz Espírito Santo, que é Vice-Presidente da FAPESCA e da CONFAPESCA, juntamente com o Otto Sobral, vão fazer a apresentação de um pequeno vídeo.

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Bom dia a todos. O nosso orgulho de estar hoje aqui é em função dos companheiros da AHOMAR, pela luta que eles vêm empreendendo dentro da Baía de Guanabara. Nós não somos só testemunhas, mas também participamos muito desse movimento.

A FAPESCA é a Federação da Associação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro e a CONFAPESCA é a Confederação Nacional das Federações de Associações de Pescadores e Entidades da Pesca.

Somos uma organização ainda diminuta, porque o território nacional é muito grande, os conflitos são enormes e as coisas que acontecem na cidade do Rio de Janeiro nos envergonham.

Eu tirei até a carteira de pescador, da qual eu tinha um orgulho danado. Eu tenho a minha identidade normal, eu tenho uma identidade do IBAMA, como pescador profissional, eu tenho uma da Marinha de Guerra brasileira, escrito em roxo "pescador profissional", e tenho a carteira de embarque dos meus barcos, mas não posso pescar.

Então, eu passei a participar politicamente de tudo isso para tentar entender um pouquinho, como brasileiro.

O Deputado Chico Alencar me beneficiou e à minha família — eu queria falar isso em público, deixar gravado — na época em que foi Presidente da FAMERJ.



Hoje, o meu apartamento me pertence por causa do senhor, Deputado, porque senão eu estaria fora da minha casa. Muito obrigado por isso.

Voltando ao assunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - A FAMERJ é a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. Foi uma luta travada por ela, ente coletivo, não por mim. Eu era apenas um servidor daquela luta social, voluntário...

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Servidor, não. O senhor era um guerreiro. Eu posso falar isso porque eu o conheci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - ...contra a política do BNH da época, em defesa dos direitos dos mutuários. E aí nós, coletivamente, tivemos várias conquistas.

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Eu tenho prova disso tudo, e qualquer pessoa que questionar, eu falo em seu nome. Eu tenho orgulho de falar em seu nome. Essa é uma deferência minha, pessoal, de uma pessoa que milita também politicamente hoje dentro do setor pesqueiro.

Eu queria dizer a todos da vergonha por estar aqui para denunciar tudo isso que vocês estão vendo, e vergonha também por dizer que não é só na Baía de Guanabara, mas também na Baía de Sepetiba. Todos estão vendo a poluição do ar, o que a Ingá Mercantil deixou de metais pesados.

Por que eu estou falando sobre isso? Luciano, você é dos Direitos Humanos. Nós temos o primeiro pescador paraplégico do Brasil, é um carioca chamado Luiz Carlos da Silva Oliveira. Ele está no programa como defensor e está na iminência de sair. Você me perdoe, mas a gente ainda não entendeu por que. A ameaça continua e é progressiva.

O meu Presidente Mizael de Lima é um companheiro de luta. Ameaça, ele manda entrar na fila. Agora é assim: *“Amigo, entra na fila, porque quando você vier me matar eu já estarei morto há muito tempo, porque a fila é grande, e me dá licença.”* E ainda desliga o telefone. É assim que nós somos tratados.

A maior vergonha é a gente entender que o Estado do Rio de Janeiro, o Poder Executivo do Rio de Janeiro não tem um pingão de vergonha de ver o que está acontecendo publicitado para a população do Rio de Janeiro.



É veemente essa questão da PETROBRAS, mas a gente fala assim: será que é só a PETROBRAS? Como o Alexandre disse: *“Será que o petróleo é nosso?”* Eu acho que não é mais. Eu acho que não é mais, porque as petroleiras, a gente vê pelos navios... Os navios são estrangeiros, as dragagens que estão sendo feitas dentro da Baía de Guanabara... Eles estavam levando o foco disso para o bota-fora.

A FAPESCA foi lá, junto com o companheiro Otto Sobral, que é mergulhador, pescador profissional, mergulhador artesanal, e está sendo discriminado pelo nosso Ministério da Pesca.

Infelizmente, recebemos, antes de vir para cá, denúncia no Amazonas da FAPESCA/Amazonas de que estão sendo discriminados pela Superintendência Federal da Pesca.

Anteontem, o Ministro recebeu o Nego da Pesca, do Espírito Santo, da FAPESCA/Espírito Santo, que disse que estava sendo discriminado pela pesca. Os nossos companheiros da FAPESCA/Bahia, só para vocês saberem, porque eles falam em liberdade e denunciam aquilo que está errado, estão sendo discriminados pela Superintendência Federal dentro do Estado.

Então, eu quero chamar a atenção do nobre Senador Marcelo Crivella, hoje Ministro, para que ele abra os olhos, como candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, porque a pesca, eu posso garantir, está contra tudo isso.

Eu vou falar apenas das licenças ambientais, do que está acontecendo, porque quem cede essas licenças são os mais criminosos de todos. Eles são extremamente venais.

Há uma reserva que acabou de ser decretada agora pelo Governador, a Reserva de Itaipu. Posso falar de várias: só no Rio de Janeiro, Cotunduba, Costão de Itaipu, Alto Moirão — tudo isso é Resex Marinha —, Redonda, Mona Cagarras, Fortes do Imbuí, Santa Cruz, Rasa, que pertence à Marinha. Onde é que se vai pescar?

Nós temos um vasto documento — se a Comissão quiser, vai ser encaminhado —, com fotos aéreas, de mergulho. O nosso companheiro Otto tem um problema nas mãos... Isso pode ser publicitado. Ele só se encostou na lama do fundo, a 20 metros de profundidade, e está com as mãos descascando, está



fazendo tratamento, porque ele foi lá com a câmera para fotografar, para mostrar, encostou na lama e está sofrendo o prejuízo.

Para que vocês tenham ideia, há mais de 100 anos o esgoto da cidade do Rio de Janeiro vem sendo decantado dentro da Baía de Guanabara. E agora vão com uma draga lá, remexem aquilo tudo e dizem que vão jogar fora. Nós temos fotos. O Ministério Público do Estado está acompanhando. Ninguém está aqui falando sobre um... Ou é uma falácia o acontecimento. Não é isso, não! É crime a discriminação contra a pesca artesanal, pelas denúncias efetuadas no Estado do Rio de Janeiro. Eu vou ser muito sincero: graças a Deus, o contingente está se unindo em torno de uma proposta única, que é isso que nós queríamos. Nós queríamos mostrar tanto ao Governo do Estado quanto ao Governo Federal da Presidenta Dilma o que está acontecendo com a pesca.

Tudo isso foi discutido, a questão da licença ambiental, nas conferências nacionais. Houve três conferências nacionais. Foi tudo programado. Várias pessoas, vários pescadores, várias instituições deslocadas aqui para Brasília. Nós fizemos um documento, e até hoje esse documento não foi garantido no nosso setor, dentro da pesca como meio, como guia, como política pública. Cada Ministro que entra dá uma *performance* que ele acha viável sem entender do setor.

Então, Deputado, eu não posso me estender, porque o assunto é vasto. Só fica aqui a denúncia. A FAPESCA tem conhecimento que o grande problema é o seguinte: eles vão lá, colocam os dejetos que eles querem e, depois, criam reservas em cima. O responsável por isso, acreditamos que seja o INEA. E acreditamos que podemos mudar o INEA através das eleições. Vamos aguardar essas eleições estaduais, porque nós estamos andando dentro das nossas comunidades e denunciando nas comunidades de pescadores o crime cometido.

É só isso, um abraço para todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, André.

Vamos encerrar a parte da explanação inicial da Mesa — depois ela será chamada novamente para a parte do debate — ouvindo a Luciana Silva Garcia, Diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em que é Ministra a Deputada Maria do Rosário.



A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - Obrigada, Deputado. Bom dia a todas e a todos.

Quero inicialmente agradecer pelo convite da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e pelo convite, também, da Plataforma DHESCA Brasil para participar desta audiência pública, na pessoa da Relatora Especial Cristiane Faustino e também na figura do Alexandre Anderson, conhecido nosso e defensor dos direitos humanos, protegido pelo Programa de Proteção aos Defensores.

Também quero fazer uma saudação especial ao Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, Igo Martini, e também à Relatora Cristiane e ao Alexandre, à equipe técnica do programa federal de Proteção aos Defensores, que está aqui presente. Quero fazer uma saudação na figura da Camila Dias, que é Coordenadora-Geral da equipe, dessa equipe que trabalha conosco, da Secretaria de Direitos Humanos, na proteção aos defensores e defensoras dos direitos humanos.

Quero fazer uma saudação em nome dos demais defensores e defensoras aqui presentes na figura da Deisy Menezes. Eu não sei se a Deisy está aqui. Ela saiu com o netinho, mas quero deixar o registro de que também é uma figura muito importante, uma liderança feminina muito importante no Rio de Janeiro junto aos pescadores e pescadoras artesanais.

Antes de falar especificamente sobre o Programa de Proteção aos Defensores, eu queria registrar, em relação à Relatoria do Meio Ambiente e a todo trabalho feito pela Plataforma DHESCA Brasil, que é um trabalho em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos em inúmeras outras frentes. Nós temos um trabalho conjunto, de parceria, dessas relatorias e do trabalho da Plataforma, de todas as organizações, entidades de direitos humanos que a compõem, numa atuação muito próxima de controle social efetivo das políticas públicas de direitos humanos que são coordenadas ou executadas pela nossa Secretaria de Direitos Humanos.

Esse trabalho da Plataforma é fortemente reconhecido pela Secretaria de Direitos Humanos, não só o das relatorias, mas o da rede da Plataforma como um todo. Esse reconhecimento já se faz há muito tempo, desde a gestão anterior, e



agora é fortalecido na gestão atual da Ministra Maria do Rosário. Nós temos um trabalho conjunto. E, por isso, mais uma vez nós ficamos contemplados por estarmos presentes neste momento de lançamento desse relatório, que é mais um instrumento importante e fundamental de controle social e de garantia de promoção e defesa dos direitos humanos.

Queria ressaltar que eu recebi o relatório no formato publicado hoje, mas nós já tivemos acesso, nós já estudamos o relatório anteriormente, que foi publicado na Internet, e saúdo a qualidade dele. O relatório realmente é um trabalho sério. Nós acompanhamos o trabalho da Cristiane em outras frentes e também da assessora. E este será um instrumento também importante para o aprimoramento do trabalho do Programa de Defensores pela Secretaria de Direitos Humanos.

Nossa fala aqui, Deputado, Cristiane, Alexandre, vai ser sobre a atuação da Secretaria de Direitos Humanos nessa área. E qual seria a nossa atuação? Trabalhamos junto com os pescadores e pescadoras artesanais que estão protegidos pelo Programa de Defensores, Proteção a Defensores de Direitos Humanos, aqui presentes o Alexandre e a Deisy. E eu queria fazer um relato breve sobre o funcionamento do programa, o que ele se dispõe a fazer.

O Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos é executado e coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, atualmente, tem aproximadamente, se eu não me engano, 404 defensores e defensoras de Direitos Humanos protegidos em todo o Brasil.

Nós temos programas estaduais de proteção aos defensores de direitos humanos, nós temos programas no Ceará, em Pernambuco, no Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, agora, um programa recente, e Bahia. Nos Estados que não possuem programas estaduais, os defensores e defensoras de direitos humanos são atendidos pelo programa federal, a equipe está aqui presente e é coordenada pela Camila Dias. É a situação, por exemplo, do Rio de Janeiro. Nós atendemos os casos de defensores e defensoras de direitos humanos do Estado do Rio de Janeiro.

Recentemente, na semana passada, participamos de uma audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tratando justamente da existência de uma política pública de proteção a defensores e defensoras de direitos



humanos. Na ocasião, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconheceu a importância dessa política pública e do ineditismo do Estado brasileiro em ter um programa específico para proteger defensores e defensoras de direitos humanos.

Como todos sabem, é uma tarefa difícil, porque a principal característica desse programa, diferente, por exemplo, de um programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, é permitir que o defensor ou a defensora de direitos humanos permaneça no seu local de atuação, atuando na pauta e na militância que ele tradicionalmente faz. Este é o grande desafio do programa: como manter uma pessoa que está ameaçada no local em que ela direta ou indiretamente recebe aquela ameaça?

No caso do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, uma das estratégias de proteção é justamente a retirada da pessoa do local da ameaça. Se nós fizermos isso com relação ao defensor ou à defensora, obviamente, que há uma redução, há uma fragilização da militância.

Esses são casos absolutamente excepcionais, e essa é uma situação em que o programa atua concomitantemente, fazendo um trabalho de articulação com órgãos de segurança pública, órgãos de inteligência da segurança pública e também com os demais órgãos do Poder Executivo e também do sistema de Justiça para garantir o andamento das denúncias sobre as ameaças sofridas, as investigações necessárias. Um trabalho que o programa faz também é o de articulação com os demais órgãos do Poder Executivo para construir soluções com relação a essas ameaças sofridas, os panos de fundo.

Hoje, o perfil desse defensor e dessa defensora que estão no Programa de Proteção é eminentemente ligado a questões do meio ambiente ou da luta pela terra e território. Hoje, nós temos um percentual significativo de defensores e defensoras de Direitos Humanos que são lideranças indígenas, lideranças quilombolas. Nós temos lideranças ligadas à luta pelo meio ambiente, aqui, o Alexandre é um exemplo, a Deisy é um exemplo.

Esta tem sido a principal característica do programa: proteger essas pessoas, essas lideranças, esses defensores e defensoras de direitos humanos, que lutam pela terra, lutam pelo território e lutam pela proteção e defesa e promoção do direito ao meio ambiente.



Imaginem o quão desafiador é, então, lidar com pessoas que militam nessa área e que sofrem inúmeros tipos de situações de ameaça, e não só ameaça com relação à questão do direito à vida e integridade física, mas também, e muito forte, uma questão de perseguições e de criminalizações, efetivamente, que esses defensores e defensoras sofrem. Então, é um programa absolutamente desafiador; é uma política absolutamente desafiadora. E é uma construção recente do Governo Federal em parceria com alguns Estados e, sobretudo, em parceria com a sociedade civil. Por ser um programa desafiador, é um programa recente e é uma construção constante. Daí a importância de momentos como esse, de haver uma análise de uma rede de organizações qualificada, como é a Plataforma DHESCA, e uma relatoria, fazendo observações ao programa para que nós possamos aprimorá-lo. Esse aprimoramento também é feito com uma participação qualificada da sociedade civil organizada na gestão do programa.

O Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos conta com uma coordenação no âmbito dos Estados. No programa federal, nós temos uma coordenação nacional do Programa Defensores e Defensoras, que conta com a participação de organizações importantes da sociedade civil organizada, que trabalham e atuam também na pauta de defensores de direitos humanos. E nós temos integrantes da Plataforma DHESCA que têm assento também na coordenação nacional.

Eu queria desde já fazer uma proposta, já na minha fala para que eu não perca esse momento, de convidar a relatora, a Cristiane, para fazer uma apresentação do relatório sobre o COMPERJ na próxima reunião da coordenação nacional, que vai ser no dia 25 e 26 de novembro próximo.

Eu acho que é um momento importante para a gente pautar também o tema no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores. Nós temos, como eu tinha mencionado, um assento qualificado nessa coordenação, organizações da sociedade civil, órgãos do Governo Federal. Nós convidamos também os Programas Estaduais de Proteção para que possamos trocar experiências. É importante que a gente ouça também as experiências locais e estaduais, como eles lidam com questões semelhantes a essa do COMPERJ para que a gente possa fazer articulações mais fortalecidas.



Também deixo registrado que para essa reunião nós também faremos um convite aos demais órgãos envolvidos nessa questão, como a PETROBRAS, o Ministério do Meio Ambiente, para que eles também possam participar da reunião da coordenação.

Então, desde já deixo o convite, 25 e 26 de novembro próximo, para que vocês possam fazer a apresentação do relatório nessa reunião e promover um debate também no âmbito do Programa de Proteção.

O Programa de Proteção a Defensores tem, obviamente, uma meta principal, tem um objetivo principal, que é garantir a proteção a esse defensor e a essa defensora que estão ameaçados ou criminalizados ou perseguidos, mas também tem uma função importante, e esse é o diferencial desse programa, que é permitir e fazer com que seja um espaço, seja uma política de articulação com outros órgãos para fortalecer a luta daquele defensor.

São muitos os casos de sucesso que nós temos, são muitos os casos exitosos, mas também muitos desafios. Essa situação do Rio de Janeiro é uma situação absolutamente desafiante. Nós temos trabalhado conjuntamente com o Alexandre, com a Deisy, com outros defensores que estão no programa há um bom tempo em situações de desafio, e nós estamos dispostos a debater isso no âmbito do órgão colegiado do programa, que é um espaço que permite essa construção de fortalecimento.

Sobretudo, a Secretaria de Direitos Humanos, seja por meio do programa ou de outras frentes de trabalho, está junto com a Plataforma DHESCA disposta a enfrentar esses desafios da situação do Rio de Janeiro.

Eu queria reiterar o convite e também convidar para participar da reunião da coordenação nacional em novembro o representante da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara. Eu acho que também é um momento qualificado para que a Comissão possa participar e ter outro conhecimento sobre o funcionamento do programa, e que a gente possa tratar especificamente o tema do Rio de Janeiro, no recorte defensoras e defensores.

Uma coisa importante para a gente pontuar: mesmo que sejam defensores e defensoras, como os que estão aqui presentes, que necessariamente não estejam no programa, é importante que estejam presentes no debate para que a gente possa



qualificar as estratégias de atuação do programa nessa frente. É claro que o programa tem um objetivo específico. Nós não temos e não podemos ter a pretensão de resolver todas as questões relacionadas à luta e à militância desse defensor e dessa defensora protegidos; mas o programa é, sobretudo, uma estratégia, além da proteção em si desse defensor, um meio, uma estratégia que nós podemos e devemos utilizar como articulação com outras frentes de atuação, outros órgãos do poder público, seja estadual, seja municipal, sobretudo e em especial, o sistema de Justiça. Para nós, é muito caro isso, para que possamos fazer uma atuação estratégica junto aos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério Público, a fim de que possamos também fazer com que o programa colabore na atuação e na militância desse defensor e dessa defensora protegidos.

Por fim, eu queria observar que nós vimos construindo uma relação muito próxima com os órgãos do sistema de Justiça. Nós temos presente, nas nossas reuniões, o representante da Defensoria Pública da União. O Ministério Público Federal também vem se fazendo presente nas reuniões da Coordenação Nacional. E também é um espaço interessante para que nós possamos criar um canal de comunicação e fortalecer essa articulação na defesa dessa pauta.

Coloco-me à disposição e reitero o convite. Acho fundamental que a relatoria faça a apresentação dessa pauta na reunião da Coordenação Nacional. Se você puder, Cristiane, estar presente, nós podemos pensar uma forma de como este momento pode potencializar a divulgação desse relatório. A Secretaria de Direitos Humanos, por meio do programa, está à disposição para outras frentes de atuação junto à Plataforma.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Muito obrigado, Luciana. Não precisei nem usar os bilhetinhos antipáticos. Isso é bom porque abre mais tempo para o nosso debate.

Vamos trabalhar com a ideia de encerrar a audiência pública às 12h30min.

Agora a dinâmica é a seguinte: nós temos aqui os inscritos, que terão em torno de 3 minutos para se pronunciarem e, depois, para concluir, a palavra voltará para os nossos convidados da Mesa. Está bem assim?



A primeira inscrita é Fabrina Furtado, assessora da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente.

A SRA. FABRINA FURTADO - Bom dia. Obrigada por esta oportunidade de contar com outras falas. Vou ser muito rápida para deixar principalmente as lideranças de pescadores falarem.

Eu queria levantar só duas questões muito rápidas: uma em relação ao processo de licenciamento e outra em relação à criminalização dos pescadores e o Programa de Proteção aos Defensores.

Primeiro, lembro que a gente realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para lançar esse relatório. E, naquele momento, nem a PETROBRAS nem o INEA compareceram também. Tanto é que foi a partir dessa audiência que a gente teve a proposta de tentar nacionalizar o debate pela incapacidade de ter um mínimo de diálogo com esses dois órgãos, com a PETROBRAS e com o INEA.

Também quero lembrar que, no processo de licenciamento, a licença de instalação do COMPERJ foi aprovada 2 dias depois da licença prévia, ou seja, isso mostra claramente uma relação absurda entre o órgão licenciador, que é o INEA, e a PETROBRAS.

Por isso e por outros motivos, a gente achou necessário tentar nacionalizar esse debate, porque está muito claro que o INEA não é um órgão com o qual, primeiro, a gente tenha condições de dialogar e, segundo, que pode olhar para essas questões que deveriam ser da sua responsabilidade.

Então, foi por isso que a gente chamou o Ministério do Meio Ambiente, a gente gostaria de ter contado com a presença do Ministério do Meio Ambiente, reconhecendo que existe um processo nacional de flexibilização e fragmentação do licenciamento ambiental e de enfraquecimento dos órgãos ambientais, inclusive do IBAMA, por exemplo, através da Lei Complementar nº 140, que tira o poder do IBAMA de fiscalizar obras tais, como o COMPERJ, que estão sendo licenciadas pelos Estados. Esse é um debate nacional, sim, que precisa ser aprofundado.

Então, eu queria propor que a gente tentasse, junto com a Comissão, sair daqui com um processo, com uma tentativa de diálogo com esses órgãos, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério de Minas e Energia. Se o Ministério



de Minas e Energia sugere que a gente chame a PETROBRAS para a mesa, está dizendo que quem faz política sobre energia e petróleo neste País é a PETROBRAS e não o Ministério de Minas e Energia. E propor também chamar a PETROBRAS para tentar iniciar um processo mínimo de diálogo. Lembrando: o COMPERJ é um projeto do PAC, a PETROBRAS tem o Governo como acionista, é financiada pelo BNDES, então, é um projeto nacional, sim.

Para terminar, eu só queria colocar outra questão em relação ao processo de criminalização, que não é só o caso do COMPERJ é um processo nacional, esses projetos só são implementados com a criminalização das lideranças, dos coletivos. E queria colocar aqui que, por mais que tenha sido uma vitória, o Programa de Proteção aos Defensores não está sendo capaz de, primeiro, cumprir com o objetivo de manter essas lideranças militando e, segundo, de tratar das causas do conflito. Se não é possível dialogar com os órgãos que são responsáveis pelo conflito, é um jogo do Estado contra o Estado. E o programa não é capaz de lidar com essas causas. Então, o que fazer numa situação dessas?

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Muito obrigado, Fabrina, muito objetiva, com algumas propostas inclusive de responsabilidade nossa, até requerimento de informações sobre essa omissão de órgãos federais no que é elementar: o diálogo com os atingidos.

Prosseguindo, Melisanda Trentin, da Justiça Global e da Plataforma DHESCA.

A SRA. MELISANDA TRENTIN - Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, eu quero parabenizar quem se dedicou à preparação desta audiência, quem se envolveu com ela, que é muito significativa, tanto para a Plataforma, como para a Relatoria e, principalmente, para os pescadores, as pescadoras e as lideranças que estão aqui hoje.

Eu quero falar também um pouco do esforço das organizações para trazerem essas pessoas hoje aqui para estarem neste momento político tão importante, de divulgação dessas denúncias e das recomendações da Relatoria.



Eu vou fazer uma fala muito rápida pela Justiça Global e também pela coordenação da Plataforma DHESCA, justamente sobre a situação dos defensores e das defensoras de direitos humanos.

A luta do Alexandre e da Deisy, que se iniciou em 2009, tem, sim, muitas vitórias, mas está ficando cada vez mais inviável. Quem conhece e acompanhou um pouco essa história sabe que não é fácil o que ele vem enfrentando juntamente com a Deisy. Agora, a gente pode falar até de outros pescadores e outras pescadoras que também se encontram nessa situação — o Maicon é um exemplo disso, o Pelé e outros que também estão aqui hoje — e são, sim, defensores e defensoras de direitos humanos, que têm uma postura de enfrentamento a grandes projetos, de enfrentamento ao poder político e econômico principalmente e que, por conta da sua atuação, de se colocarem de maneira crítica e defenderem os modos de vida tradicionais, estão sendo criminalizados, perseguidos, desqualificados de várias maneiras, espionados e mortos. Então, a gente sabe que isso é uma realidade.

A gente sabe também que eles estão sob a proteção do programa, mas a gente não pode deixar de mencionar que, no Rio de Janeiro, essa situação está insustentável. Há muitos problemas com relação ao programa. A Justiça Global faz parte da Coordenação Nacional do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e está envolvida nesse debate, nacionalmente, desde o seu início. Nós ajudamos — a Luciana sabe disso — a criar essa política, a pensar nas diretrizes para essa política de proteção.

E o que a gente vê hoje é que a política, para falar mais amplamente, não consegue atingir os objetivos para os quais foi criada, para o que ela se propõe, que não é somente garantir a vida dessas pessoas. Mas a gente entende que a vida dessas pessoas tem um sentido maior do que a própria vida, que é também a resistência que elas fazem nos seus territórios, é a luta, a militância que essas pessoas fazem, é o que elas significam para as comunidades e para as populações que representam. Então, não é só uma vida, são muitas vidas que estão representadas quando a gente fala da vida de um defensor ou de uma defensora de direitos humanos.



Então, se hoje o programa consegue garantir a vida ou a sobrevivência dessas pessoas, ele não consegue garantir, de maneira plena, a atuação e a militância delas.

Deisy e Alexandre estão, há 1 ano, fora de sua casa, fora de seu território. A AHOMAR — Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara está fechada desde esse tempo. De lá para cá, cinco pescadores já foram mortos em circunstâncias não explicadas até hoje; as investigações não foram concluídas. Então, a situação é muito, muito grave.

Para completar esse relato, quero informar a todos que estão aqui que, na madrugada do dia 5 para o dia 6, anteontem, tanto a casa dos dois defensores em Magé, de onde eles foram retirados para garantir a vida deles, quanto a AHOMAR foram violadas. Então houve, claramente — e é uma afirmação que ainda precisa de investigação, mas a gente pode se precipitar e dizer isso —, um atentado, porque levaram várias fichas de associados da AHOMAR, documentos, fotos. Ou seja, a militância e a continuidade dessa luta estão ameaçadas.

Este é um questionamento que a gente faz: todo esse relatório, todo o reconhecimento público que essa luta já teve como vai continuar amanhã? Como é que a gente vai garantir isso? Como o programa, o Estado e, por que não dizer também a PETROBRAS, que fez questão de não comparecer hoje aqui, ficam em relação a isso? Quem vai pagar essa conta? Quem vai explicar isso depois?

Para terminar, eu só quero dizer que a Relatoria aponta, nesse relatório, várias recomendações. Não vou entrar aqui na questão do licenciamento, que já foi bastante dita, mas com certeza com relação à criminalização, morte, ameaça e à situação dos defensores, também há muitas recomendações para a gente prestar atenção e sair daqui com um compromisso federal, porque o COMPERJ é um projeto do PAC, é federal, sim, e alguém tem que se responsabilizar por isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Melisanda.

Com a palavra Otto Sobral, Diretor da FAPESCA, Conselheiro da Colônia de Pescadores Z-7.

O SR. OTTO SOBRAL - Bom dia a todos. Primeiro, eu quero parabenizar o pessoal da DHESCA, o Alexandre. Quero agradecer também o convite do amigo à



FAPESCA, aqui presente; a todos os pescadores e a todas as pescadoras também aqui representados; agradecer à Mesa, ao Sr. Deputado Chico Alencar. E, assim, cumprimento todos da Mesa.

Eu quero dizer o seguinte: eu sou pescador profissional, de fato e de direito, vivo da pesca, criei meus filhos na atividade pesqueira. Denunciei, veementemente, os crimes ambientais dentro da Baía de Guanabara, como também na área do entorno, nas áreas de descarte. Quem quiser é só olhar os vídeos que eu apresentei no Youtube, na página “ottosobralpescador”.

Coincidentemente, com essas denúncias, eu comecei a ser perseguido em minha atividade laboral, a pesca profissional, à qual eu sou qualificado, discriminando-se realmente a minha atividade, de tal forma que é incompreensível quando se pega um processo daquele e começa a folheá-lo, baseado em princípios de precaução e fotos de Facebook.

Bem, eu quero também falar aqui um pouco — com relação a isso, eu volto ao assunto — sobre esse relatório. Está muito bem feito, muito bem conduzido. Quanto à questão do INEA, amplamente já abordada, eu fiz as denúncias com relação à liberação das licenças ambientais criminosas. Liberam licenças ambientais criminosas para tirar lixo e jogar lixo e caçam as nossas licenças de pesca.

Eu não consigo entender tal parâmetro de definição. Eu entro no meu barco de pesca, boto sacos de lixo amarrados no bordo e vejo navios jogando lixo no meio do oceano, dentro da Baía de Guanabara e no entorno das ilhas de Itaipu. Eu não consigo entender essa diferença, essa medição de parâmetro de crime ambiental, porque criminoso é quem licencia. E depois vem com conversa de se fazer reserva extrativista para ajudar pescador. Em cima do quê? Do lixo jogado? Para quê? Eu não consigo entender essas situações.

Todas as representações da pesca, no entorno da Baía de Guanabara, foram reunidas contra, querendo explicações e o nome dos pescadores que seriam beneficiados nessa suposta reserva. Nomes, senhores, porque, quando a gente cria uma unidade de conservação, querem saber quem vai ser beneficiado. Na Colônia Z-7 e na FAPESCA, nós temos cadastros e conhecemos os pescadores de fato e de direito. Então, quando você cria uma unidade de conservação, tem que fazer de maneira responsável. Eu não posso compactuar com isso.



Eu filmei e encaminhei ao Ministério Público um vídeo — eu o escolhi —, mostrando uma fiscalização para a qual nós fomos convidados, lá no Canal do Caju, para sermos enganados, mas não nos enganaram. Esse vídeo mostra claramente o que faz o INEA.

Os senhores foram claros no relatório. Eu não o li todo, pois não houve tempo, mas fica claro que não houve uma avaliação ambiental integrada, envolvendo o Município de Maricá e toda a área do entorno do litoral, com todos os impactos. O COMPERJ vai jogar aquela lambança toda, a tabela periódica, no único local que a gente ainda tem espaço para trabalhar, porque já acabaram com tudo, sujaram sítios e parcéis. Só no entorno das unidades de conservação do MONA Cagarras, mais de cem sítios de pesca foram impactados.

O André falou a respeito da FAPESCA. Como ficam os pescadores de mexilhão? Não há mais lugar para pescar? Cotunduba e várias outras unidades estão sendo criadas, à revelia do setor, sem consultar, efetivamente, um trabalho técnico. Nós temos técnicos competentes, apenas não os deixam trabalhar. Há informação também, porque nós gastamos o nosso dinheiro e trabalhamos no mar dia após dia.

Eu fico embarcado 5 dias no meu barco, que tem 9,70 metros, menos de 10 AB. Eu sou obrigado a viajar para o litoral de São Paulo, onde ainda consigo trabalhar, mas, coincidentemente, me denunciam, criam um fetiche, um processo, com fotos do Facebook, baseado no princípio da precaução, e o pessoal do IBAMA me vistoria mais de sete vezes. Eles não encontraram nada no meu barco. Numa das vistorias, eu exigi o BO, em Cananéia. Seis fiscais e alguns policiais foram a bordo, na minha embarcação. Inclusive eu tenho depoimentos e um *e-mail* que a própria Superintendente Leinad me enviou na época, porque ela recebeu as minhas cartas. Ela falou então da perseguição e do constrangimento por que passei com esse pessoal a bordo. Eu tinha 1.400 quilos de pescado; não havia uma única peça fora do tamanho, porque a minha atividade hoje é pesca profissional de mergulho. Então, eu vejo o que vou capturar.

E o que acontece? Hoje, o INEA está tirando o meu direito de trabalhar. Eu quero entender: a minha captura é de um a um. Muitos colegas aqui sofrem lá fora, com o mesmo problema do Alexandre, com mortes, perseguições, abalroamento, e



nada disso vem no jornal. Agora, a nossa atividade é simplesmente massacrada. E as plataformas, as águas de produção? Estão aqui as denúncias que eu fiz à Polícia Federal com relação às águas de produção. Olha, 4.415 milhões de metros cúbicos da água produzida são descartados no mar diariamente, com previsão até 2018. Hoje, são mais de 130 milhões metros cúbicos/dia.

Meu amigo, qual é o impacto que o pescador causa, nos oceanos, na lagoa e dentro da baía? Eu pescava na Baía de Guanabara, fazia captura de garoupa e badejo, e hoje não há mais condições, porque, se eu levanto a boca, eu engulo cocô.

Eu queria entender esses parâmetros de licenciamento, onde o INEA... Está aqui, fomos chamados de mentirosos. Eles disseram que me iam botar com um nariz de Pinóquio no jornal, mas quem apareceu com nariz de Pinóquio não fui eu, não.

(Não identificado) - Foi ele. Ele é mentiroso e provaram.

O SR. OTTO SOBRAL - Então?

(Não identificado) - Está aqui, olha.

O SR. OTTO SOBRAL - Há outra situação. Esse vídeo que os senhores vão ver, se houver tempo, ao mesmo tempo em que eu (*ininteligível*) o vídeo, eu denunciava o Ministério Público Estadual de informações, porque a Dra. Rosani Cunha estava fazendo a investigação das denúncias, e tentaram me ridicularizar de todo jeito, até que, numa das reuniões, eu vi um cientista — eu estou calmo, mas fico irritado — chegar e dizer que a gente estava certo, que as nossas denúncias eram corretas.

Eu quero agradecer o tempo que me foi dado. Desculpe-me estender um pouquinho além do previsto, mas eu tenho visto situações que nos deixam irritado, porque eu trabalho, tenho 54 anos de idade, formei três filhos na pesca, não tenho outra atividade laboral e não compactuo com tudo isso que estou vendo. Eu não posso deixar essa situação assim, Alexandre. Eu sou solidário com você e com seus colegas. Essa perseguição tem que acabar. Também estou sendo discriminado e perseguido pelo IBAMA. Vou protocolar hoje um documento no Ministério da Pesca para que, espero, tome alguma providência. Eu não estou entendendo essa articulação do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Pesca. Isso é uma vergonha.



Obrigado e desculpem-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Otto. Todos entendem aqui que a tolerância no tempo deve-se à própria contundência do depoimento, que não é de ouvir falar, é de sofrer, é de sentir. Por favor, o que você encaminhar ao Ministério da Pesca, repasse aqui para o nosso mandato, porque a gente também vai usar da obrigação que todo o Ministério tem de responder indagações de Parlamentar.

O SR. OTTO SOBRAL - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Para a gente reforçar essa situação dramática que você nos trouxe.

Com a palavra o Vereador de Niterói, Henrique Vieira, que também saiu cedinho lá do Rio. Bem-vindo.

O SR. HENRIQUE VIEIRA - É verdade.

Boa tarde a todos. Sou Vereador lá de Niterói. Estou presidindo a Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Recursos Hídricos da Câmara Municipal. Pretendo ser bastante objetivo até porque realmente é um espaço para ouvir quem está vivendo e sentindo, no dia a dia, o drama dessa lógica.

Eu gostaria apenas de fazer duas pontuações: a primeira é realmente para confirmar que, até na cidade de Niterói, a gente percebe toda essa promiscuidade no processo de licenciamento do INEA, completamente sem critério ambiental e desvinculado de parâmetros efetivos de seriedade, controle ambiental e preservação das populações tradicionais.

Além disso, no relatório da plataforma, acho que a gente tem que caminhar, Deputado Chico, no sentido de ir em direção às excelentes propostas de V.Exas., e trabalhar com alguns horizontes fundamentais para alterar essa lógica. Eu citei aqui alguns, como indenização justa, compensação imediata, responsabilização dos órgãos, das empresas e da própria PETROBRAS, investigação séria a respeito dos crimes e das ameaças, proteção qualificada dos defensores e até mesmo paralisação das obras, enquanto não haja um processo sério de licenciamento e de consulta prévia com quem vive essa realidade.

O que está em jogo aí é uma lógica produtivista e desenvolvimentista que, necessariamente, ataca o meio ambiente e viola os direitos humanos. A gente



precisa, efetivamente, se organizar nas mais diversas áreas, porque há uma concepção de desenvolvimento que, necessariamente, gera essas distorções e que é altamente violenta sob o ponto de vista tanto do meio ambiente quanto dos direitos humanos.

Existe um conceito com o qual a gente trabalha muito — e os senhores o utilizam no relatório —, que é o conceito de justiça ambiental, porque essa lógica produtivista, petroquímica, quantitativa, exclusivamente matemática e praticamente anti-humana e antiambiental, essa perspectiva de desenvolvimento vitimiza vários setores da sociedade, mas, inegavelmente, os que mais sofrem são os pobres, os trabalhadores e as trabalhadoras, as comunidades tradicionais. Em uma sociedade de classe — eu entendo dessa forma —, a classe trabalhadora tende a ser a que mais sente ou a que primeiro sente os efeitos de um produtivismo desigual e absolutamente violador dos direitos humanos.

E aí eu queria convocá-los para, no dia 11, segunda-feira que vem, a apresentação desse relatório em Niterói, pela Universidade Federal Fluminense, às 18h30min, no Auditório de Serviço Social, para a gente poder continuar e potencializar esse debate lá. A gente já tem a presença confirmada do Chico, da Cristiane.

Acho que a gente tem que nacionalizar, municipalizar, ampliar, localizar, enfim, colocar isso em todos os fóruns, porque o debate nacional é chamar a responsabilidade do Governo, e o debate local, a localidade, é onde as coisas acontecem. Então, lá é onde a gente pode mobilizar setores. Eu queria colocar a Comissão de Meio Ambiente de Niterói nessa luta, junto aos pescadores, junto às comunidades tradicionais, para localizar também essa luta e mobilizar setores naquela cidade.

E há apenas uma questão importante em relação ao programa: é evidente que ele tem um caráter de protagonismo, de imediatismo, de avanço, e isso tem que ser considerado e, inclusive, valorizado e aperfeiçoado.

Mas a gente percebe, ouvindo as pessoas, que o programa tem problemas, tem limitações, e ainda não consegue dar conta da efetiva proteção desses trabalhadores, dessas trabalhadoras. Este é um problema: a incapacidade que o programa ainda tem de garantir a proteção.



Mas eu tenho uma questão e a faço com toda elegância, porque eu entendo que esse é um projeto nacional, um projeto de Governo. Isso passa pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério de Minas e Energia, pela PETROBRAS.

Então, para concluir, eu vejo duas questões. A primeira é como qualificar a capacidade de proteção desses trabalhadores e dessas trabalhadoras. Isso é fundamental. Mas há outra, que eu começo a perceber, que diz respeito ao fato de que não há como uma parte do Governo tentar minimizar e conter efeitos daquilo que o Governo mesmo provoca com a sua política de desenvolvimento.

Então, você, na verdade, fica tentando minimizar efeitos de maneira não frutífera — efeitos causados pela lógica de desenvolvimento que o próprio Governo banca, constrói, compõe. O que é a PETROBRAS, o que é o Ministério do Meio Ambiente, o que é Ministério de Minas e Energia, o que é o COMPERJ, o que é o PAC? Uma concepção de Governo.

Então, o debate deve ser feito com elegância, mas a gente precisa também entender dois eixos: um, qualificar o processo de proteção; mas, dois, entender até que ponto o Governo, como concepção de sociedade de desenvolvimento, entende a centralidade dos direitos humanos e dos direitos ambientais, porque aí a gente não fica contendo efeitos daquilo que a própria noção de desenvolvimento acaba causando, criminalizando pobres, trabalhadores e trabalhadoras, em nome de um desenvolvimentismo cuja apropriação do benefício por uma minoria gera toda uma realidade cotidiana de gente que sofre sem direitos.

A gente quer proteção, mas a gente quer também alteração de paradigma e de concepção do que é desenvolvimento e do que é o país que nós queremos.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Vereador Henrique, pelas alentadas e muito oportunas colocações.

Nossa última inscrita é a Deisy Menezes.

Agora o Cauã dormiu. Vou falar baixo para ele não acordar irritado.

A SRA. DEISY MENEZES - Dormiu agora.

Então, boa tarde a todos. Primeiro, eu queria agradecer à Meli por suas palavras, pelo seu carinho por nós, por tudo isso, e à Sabrina e à Cristiane também.



Depois, queria falar que a gente estava esperando que a PETROBRAS e o INEA estivessem aqui, porque a gente tinha muitas perguntas para eles. Mas já viemos também sabendo que eles não estariam aqui, porque não saberiam responder a nós, pescadores, porque eles sempre fazem isso com a gente.

Também quero falar para os meus amigos pescadores e para as outras entidades da sociedade civil que eu acho que a maneira de nós fazermos com que tanto o INEA como a PETROBRAS nos receba é fazer novamente o que nós sempre fizemos: uma manifestação, porque aí eles vão passar a nos ouvir.

Então, desde já eu proponho aos pescadores, à sociedade civil e a outros amigos nossos que a gente faça essa manifestação, gente! Só assim eles passam a nos ouvir. Só assim eles nos ouviram! E vai ser assim sempre.

Então, era só isso que eu ia falar. Muito obrigada. Eu vou deixar um pouquinho do meu tempo para o meu amigo Josivaldo, que também é pescador, falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Pois não. Obrigado.

O SR. MAICON ALEXANDRE RODRIGUES DE CARVALHO - Boa tarde. Meu nome é Maicon. Sou pescador desde os 10 anos de idade. O meu pai é pescador, eu sou pescador, mas os meus filhos não vão ser pescadores. Eu entrei no programa defensor de direitos humanos há 6 meses. A minha esposa está grávida do meu terceiro filho.

O programa está tendo muitas falhas e deixando muito a desejar em relação à gente. Eu acompanho esse programa desde 2009, e desde lá a gente vem se arrastando. Eu jamais queria entrar nesse programa.

É um prazer conhecê-la, Luciana. O Igor vem acompanhando a gente há mais tempo. A gente tem mais contato com ele. E o último atendimento que a gente teve com o Igor foi sobre uma dificuldade que estamos tendo em relação ao aluguel da AHOMAR.

Alugamos uma sala para a AHOMAR lá no centro de Magé, em frente ao fórum, praticamente ao lado da delegacia e da Prefeitura. Fizemos uma vaquinha entre os diretores por 3 meses e não conseguimos escolta para gente ir lá fazer o trabalho da AHOMAR. E estamos com 3 meses de aluguel atrasado. Passamos isso para o Igor e até agora não tivemos resposta. E a mulher está cobrando a gente.



Está ficando vergonhoso. Eu gostaria que esse problema fosse resolvido, porque nós não temos como trabalhar para pagar esse aluguel.

Outra coisa: não é novidade para nós o IBAMA e a PETROBRAS não comparecerem aqui. Isso para nós não é novidade. Novidade para nós são esses crimes ambientais que estão cometendo na Baía de Guanabara, esses licenciamentos, essa covardia para conosco, de estarem nos matando.

Em 2009, nós tivemos a morte do nosso tesoureiro, o Paulo. Até hoje não foi resolvido o problema do Paulo. Logo em seguida, foram assassinados o Márcio, depois o Almir e o Pituca, e, há pouco tempo, o Clayton. A ameaça continua, e até agora não tivemos resposta. Enquanto não tivermos resposta, vão entrar mais diretores no programa e isso não vai ser resolvido.

Vai ter que morrer mais gente para vocês tomarem providências? É isso que eu gostaria de saber de vocês. As providências têm que ser tomadas, porque a gente está lidando com vidas, com comunidades tradicionais, que estão fazendo o certo, que é pescar para sobreviver, pagar suas contas, levar o feijão e o arroz para dentro de casa e ter a dignidade de cidadão.

Era só isso que eu tinha que falar. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado. Isso é muito importante. Pode deixar, que está tudo sendo registrado aqui.

Bom, para cumprirmos — mais ou menos, porque já vai haver um razoável atraso — nosso horário, vamos exibir um vídeo de 3 minutos trazido pelo Otto. Seria bom projetá-lo.

Eu tenho perguntas que vieram pela Internet para os nossos participantes, e depois a gente volta a palavra aqui para a Mesa, para os nossos convidados, dentro da dinâmica já pré-combinada. Vamos lá?

Para quem não sabe, essa é a Baía de Guanabara.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Só uma pergunta: você falou no início que o que é recolhido da dragagem é jogado em alto-mar, no Oceano Atlântico. Isso está comprovado?



OS SR. OTTO SOBRAL - É jogado no oceano, no litoral adjacente à Baía de Guanabara. Isso tudo foi documentado e encaminhado ao Ministério Público, Deputado, e eles chamaram a gente para mostrar os *geobags*.

Hoje, quem está atuando nesse trabalho é o Dr. José Alexandre Maximino, a equipe do GAEMA. Nessa época, era a Dra. Rosani Cunha que estava à frente do processo. Convocaram-nos a essa vistoria justamente para mostrar que tudo que estava resultando da separação de sólido e líquido estava sendo contido em *geobags*, o que não ficou comprovado, como vocês viram. Colocavam direto nos batelões, e dos batelões ia para o meio do mar.

E, dentro dessa situação, o que ocorre? Essa quantidade enorme de material que está ali depositado, além de na hora da retirada, se potencializa lá fora na largada, pela oxigenação da água. Ou seja, contamina quando se retira. Não fazem o tratamento que disseram que deveria ser feito.

Tentaram nos conduzir por outra situação, outros caminhos, na vistoria — tanto que vocês perceberam que, na hora que eu coloquei a câmera para que os fiscais, o pessoal da FIPERJ e do INEA, se manifestassem, ninguém quis falar nada, porque eles queriam que a gente visse o outro lado.

A quantidade de material que saía dali por dia era de mais ou menos 6 batelões. É muita coisa! Entrava uma, saía outra; entrava uma, saía outra. Então, isso, o sofrimento dentro da Baía de Guanabara, é o que acontece quando você tira e mexe naquele material depositado durante todos esses anos.

Ali há produtos químicos. Eu tive uma alergia nas mãos para a qual tive que fazer tratamento, causada na hora em que eu fiz a filmagem subaquática. Ela está na página Otto Sobral, procurando por “pescador”. É só olhar lá. É a primeira.

E eu fiz um resumo do parecer do Ministério Público em que o Dr. Alexandre se manifesta. Também está em vídeo. Então, tudo isso está gravado. É só entrar na página que vocês vão ver. Se precisarem de detalhes, o próprio Promotor botou um *link* também na Internet.

Então, isso é tudo prova material. Eu não botei as minhas filmagens subaquáticas aí porque o tempo não dá, mas, se vocês virem a filmagem inicial, vocês vão ver o que é.



Então, é o que eu disse. A gente guarda o lixo na embarcação. A gente o bota ali e fica com ele durante 5 dias cheirando. Chega na hora, você vê um navio jogar milhares de toneladas de uma só vez na porta da casa?

Eu fui procurado por uma empresa. Eu estava vendendo um barquinho meu, e um cara veio comprar o barco. No final das contas, ele pergunta: *“Não é você que fez aquela denúncia? Rapaz, eu estou há 6 meses sem conseguir um contrato. Pô, cara, o que está acontecendo? Eu quero trabalhar!”* Eu disse a ele: *“Meu amigo, você veio comprar meu barco ou você queria me conhecer? É justo você tirar lixo da porta da sua casa e jogar na minha? Você quer trabalhar e ganhar dinheiro; eu e os pescadores todos lá de Itaipu e Maricá temos que nos ferrar? É isso que você está me dizendo?”* Esse lixo atingiu Ponta Negra! As águas agora ficam turvas, marrons. E tentam achar mil e uma situações adversas para poder justificar o injustificável, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Otto.

Bem, para encerrarmos, então, esta parte e chegarmos à conclusão da nossa audiência, com a palavra voltando aqui aos nossos convidados da Mesa, leio duas indagações feitas pela Profa. Patrícia Almeida Ashley, da Rede EConsCiencia e Ecopolíticas, da Universidade Federal Fluminense, que vai sediar, segunda-feira, como o Vereador Henrique Vieira já lembrou aqui, às 18h30min, no auditório da Faculdade de Serviço Social, Campus do Gragoatá, um novo debate sobre essa questão gravíssima de como o progresso do COMPERJ é, na verdade, o atraso da vida e da população. Tem sido assim.

A pergunta da Profa. Patrícia, a quem agradeço, veio pelo e-Democracia, o nosso portal aqui da Câmara para os internautas, e diz o seguinte:

“Ao lado da transparência pública, precisamos avançar também na transparência da conduta empresarial e, principalmente, na vinculação do financiamento público, compras públicas e políticas tributárias ao atendimento de padrões nacionais para essa conduta empresarial em relação ao que se espera do ponto de vista ambiental, social e trabalhista. Como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável poderá avançar na



regulamentação desses padrões, a exemplo de vários projetos de lei que estão na Câmara dos Deputados que buscam incluir os temas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável nas políticas econômicas e industriais?”

Bom, essa é uma pergunta para mim e para os membros da Comissão. Na verdade, há um número grande de projetos tentando fazer aquilo que é um preceito até da Constituição, que completa um quarto de século: a função social da propriedade. É isso.

A Constituição brasileira consagra o valor quase que sagrado da propriedade privada, mas ela diz que a toda propriedade, isso vale dizer, a todo investimento, a todo empreendimento público ou privado, estatal ou não, cabe uma responsabilidade social.

Então, há muitas leis que sofrem resistências aqui para que a ideia do lucro ou essa ideia limitada do desenvolvimento e do progresso não signifique invasão de terra indígena, precarização de direitos, negação de princípios, até da Constituição, em relação a povos ribeirinhos, a povos de atividades econômicas tradicionais, a pesca artesanal aí incluída.

Então, projetos existem, conflitos e interesses antagônicos aqui também, a Câmara é o espaço desses conflitos e desses interesses diferenciados. As maiorias sociais no País, o povo não são maiorias políticas, a representação aqui é muito distorcida. Aí a gente entra num outro debate, não é objeto aqui da nossa conversa, sobre como o sistema político e eleitoral acaba não favorecendo a representação da população. Isso aí é patente. Cada vez mais o poder econômico influencia nas eleições e na eleição dos representantes, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e na constituição dos Governos, secretários. Aliás, é bom a gente lembrar, eles foram muito mencionados aqui, mas não nominalmente, o Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro é o ex-Ministro do Meio Ambiente, na época do Governo Lula, Deputado Estadual por muitos mandatos, já foi colega meu de representação e até de partido antigamente, Carlos Minc Baumfeld, ele continua; e a Presidente do INEA é a Marilene Ramos. Eles têm muitas coisas a responder no âmbito do Estado.



A segunda pergunta, da professora Patrícia:

“Como a AHOMAR entende que uma mesma empresa, a PETROBRAS, tenha internamente programas tão distintos na sua forma de atuação, a exemplo do Programa Agenda 21, COMPERJ e outros na mesma área, e, por outro lado, atua dessa forma com os pescadores?”

Contradições grandes entre o discurso e o feito, entre o propalado, o propagado e o praticado. É uma coisa antiga no Brasil, mas nós todos estamos aqui para enfrentar essas incoerências e contradições.

Bom, fica para o Alexandre essa indagação e todas as questões colocadas aqui pelos nossos participantes.

Vamos à rodada final, e com isso a gente encerra a audiência pública, ouvindo a Cristiane, a quem eu peço desculpas. Eu procuro ser um Deputado ideológico, mas confesso: tenho os meus limites fisiológicos, eu preciso fazer “pipi”. A gente fica bebendo água, que é remédio em Brasília, a água é remédio em Brasília, quem não toma se “lasca”. E olha que as chuvas já voltaram, mas aqui ficam 5 meses sem chover, você vai ressecando por dentro. Fora certos ambientes também que o ressecam.

Cristiane, para a gente ganhar tempo, você pode começar, eu vou rapidinho. Fica um vazio de poder, espero que não haja um golpe. O povo armado resiste para impedir o golpe. *(Risos.)*

A SRA. CRISTIANE FAUSTINO DA SILVA - Muito bom o debate, muito quente, muito contundente. A questão é que muitas pessoas ficaram silenciadas, mas neste tipo de debate realmente, quase sempre, há uma ausência daqueles e daquelas que têm responsabilidade, que deveriam estar aqui para dizer o que pensam, o que está passando por essas cabeças, que noção de democracia têm, se compreendem direitos humanos como uma coisa importante para a vida, ou não. Então essa ausência é uma coisa realmente problemática.

Pensar a partir da PETROBRAS — eu concordo muito com Sabrina, por isso a gente trabalha junto —, a PETROBRAS é uma grande corporação que está presente em mais de 30 países e que está presente em vários Estados do Brasil.



Em todos os lugares onde ela está e atua, existem várias denúncias de violações de direitos, existem vários impactos negativos no meio ambiente, nos modos de vida. Isso é fato. Essa atividade, que é extrativista, ela se caracteriza por ser geradora desse tipo de impacto.

Então, como bem falou o Henrique, violar direitos é o método. Para existir precisa disso, desse tipo de atividade em larguíssima escala, voltada para altos níveis de acumulação. Não há como ela existir sem interferir nos territórios. É igual à mineração: não é possível fazer a mineração nos modelos existentes no Brasil sem expropriar território, sem se sobrepor às necessidades e aos modos de vida local. Você está lá vivendo a sua vida, chega uma grande corporação e diz: *“Não, o meu trabalho e o meu modo de fazer são mais importantes do que esse, porque beneficiam o País”*. Aquilo que é interesse privado se transforma num discurso como sendo do interesse da sociedade.

Então, o Estado brasileiro e a sociedade brasileira não podem se furtar de discutir e de enfrentar o problema: como nós estamos produzindo o desenvolvimento? Qual é a sustentação desse desenvolvimento? Qual é a justificativa ética de um modelo de desenvolvimento, de uma proposta econômica que expropria populações, que vitima populações, que expõe crianças, adolescentes a graves problemas e vulnerabilidades sociais, que violenta as mulheres? É prática comum, aonde esses projetos chegam, um elevado nível de exploração sexual e de colocação das mulheres nos mercados de trabalho discriminados e marginalizados.

Então, a gente tem que se perguntar: quanto de trabalho se retira para gerar um ou dois empregos? É isso o que a sociedade brasileira quer? Como a sociedade brasileira encontra espaço, em um governo dito democrático, para fazer essa discussão? Porque isso passa ao largo das grandes decisões políticas.

Então, nós temos muitos desafios e temos que, de diferentes formas, tentar forçar o Estado. E não é só o governo, porque existe toda uma conformação, nas diferentes esferas, para garantir essa política — no Legislativo, no Judiciário e no Executivo.

Há uma recomendação que fazemos e que gostaríamos bastante de reforçar, porque ela segue no caminho de ser estruturante, que é a urgente necessidade de



se garantirem áreas livres de atividades da indústria do petróleo na Baía de Guanabara. É urgente fazer isto, fazer um planejamento.

Uma questão que agrava bastante a situação é que, nos territórios onde esses projetos de desenvolvimento, de ação da PETROBRAS, de ação das grandes corporações acontecem, as comunidades que ali vivem são comunidades com graves histórias de ausência.

O Henrique fala do modelo anti-humano em que o pobre sofre. Só que no nosso País o pobre e a pobre são a pobre e o pobre preto ou indígena. Existe aí um recorte racial muito grave. Esses povos a quem foram historicamente negados vários direitos são esses que agora se veem sacrificados no modelo de desenvolvimento. Então, a gente tem que se perguntar qual é a ética disso, se esse desenvolvimento, na verdade, não é uma grande reprodução do racismo histórico na sociedade brasileira.

Uma coisa que eu queria socializar com vocês é que eu e a Fabrina tentamos um contato com o MINC. Não conseguimos e, depois de muito tentarmos, ele nos respondeu por *e-mail*, em três ou quatro linhas, dizendo que, na verdade, o COMPERJ era uma grande vitória do ponto de vista ambiental, porque não jogaria rejeitos dentro da Baía de Guanabara, nenhum, zero. Mas não disse que os rejeitos vão todos para a Praia de Maricá e prejudicarão gravemente os pescadores que ainda têm algum espaço, algum território de trabalho.

Uma outra coisa é que se a gente — a gente que eu digo somos nós da sociedade civil organizada, os poderes públicos, os cada vez menos Parlamentares comprometidos com os direitos humanos e com a melhoria das relações e do modo de vida da sociedade brasileira e as várias instâncias do poder público —, mas se a gente não conseguir fazer incidência, fazer um reencontro daquilo que a prática do poder público separou de forma autoritária, que é, por exemplo, a separação entre as políticas econômicas e as políticas de garantias de direitos humanos; se a gente não conseguir reconstruir isso, recolocar esse debate, não vai haver nenhum programa de proteção de direitos humanos que resolverá a nossa vida, porque ele estará inserido numa lógica de desigualdade, numa lógica de opressão muito grave. E, desse ponto de vista, os direitos humanos, em vez de ser uma forma de garantir bem-estar, de construir equidade, se transformam numa mera forma de gerenciar



desigualdades históricas em que os sujeitos prejudicados, as comunidades, sejam urbanas ou rurais, estão sempre numa condição de se compartimentar: você só tem direito à saúde, se você me der a sua terra; você só tem direito à educação, se você me der a sua água para eu trabalhar. Então, vai ser sempre tratado dessa forma. E as pessoas que têm menos poder, que são as pessoas pobres e pretas neste País, sempre vão estar numa condição de negociar de uma forma bastante subordinada e sempre perdendo.

Então, a gente tem que fazer realmente uma incidência. O próximo ano vem aí, haverá campanha política, há um pessoal que está na rua lutando de diferentes formas, de diferentes dizeres, dizendo que esse modelo não dá certo. Se você expropria o campo em nome de um modelo de desenvolvimento ou de consumo em um modelo de cidade que hoje é um paiol de pólvora — vamos combinar —, isso explode na violência, explode no estresse, explode nos engarrafamentos. Enfim, não existe nenhuma sustentabilidade.

Nós precisamos reelaborar isso, construir formas de dialogar e nos organizar.

É isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Cristiane. Dando sequência...

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Deputado, só 30 segundos. Só para fazer falar algo pontual para a Luciana.

Nós recebemos uma manifestação de defensores e protegidos na FAPESCA. Se você quiser, Luciana, a gente pode entrar em contato e falar. Eles estão a ponto — o Alexandre Anderson, o Otto Sobral e o Pelé sabem do que eu estou falando — de invadir o Consulado da Irlanda do Norte para pedir asilo político, porque é a capital dos defensores dos direitos humanos. É apenas um aviso. O papel da FAPESCA é fazer com que essas pessoas vejam que o campo de luta delas ainda é aqui. Agora, nós não estamos descartando o direito deles de tomar uma ação dessas. A gente acha que ela está sendo extremista demais, principalmente o Luís Carlos, que está preocupado em função até da deficiência dele e, como defensor, extremamente prejudicado. Ele está realmente sem saber o que fazer e está se manifestando junto com outros. O Alexandre sabe do que eu estou falando. É



testemunha de que isso pode vir a acontecer, de eles invadirem o Consulado e pedirem asilo político.

É só isso, Deputado, desculpe-me e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Alexandre, o senhor dispõe de 3 minutos conclusivos.

O SR. ALEXANDRE ANDERSON DE SOUZA - Eu vou, primeiramente, responder à Patrícia, professora da UFF, que falou sobre a questão da PETROBRAS promover a Agenda 21. Nós sabemos, nós e os companheiros pescadores, que isso foi uma demanda que saiu na ECO 92, mas a Agenda 21 não funciona. Se funcionar, será daqui a 50 anos. Nós pescadores cuidamos do meio ambiente hoje, comemos hoje, pescamos para comer hoje, talvez amanhã! Isso não funciona para nós. É a mesma coisa que dizer que pescador tem que fazer educação ambiental. Pescadores artesanais, catadores, são os verdadeiros biólogos e os verdadeiros protetores daquele ecossistema. *(Palmas.)*

Então, a Agenda 21 é para 50 anos, mas nós cuidamos deste País há 500 anos, e pretendemos estar neste território por mais 500 anos, cuidando, como sempre fizemos: trabalhando e pescando em harmonia com o meio ambiente. Talvez eu tenha o prazer de falar disso lá, no dia 11.

Eu quero agradecer à Justiça Global, à DHESCA, à Câmara, pela possibilidade de estarmos aqui, esses dez companheiros que vieram juntos nessa caravana, mas, se nos fossem fornecidos meios, talvez estivessem aqui hoje 100 lideranças de pescadores. Vou citar o nome de alguns, mas aqui há seis ameaçados, que já sofreram algum atentado, e os dez que estão aqui estão sob ameaça iminente. Todos são lideranças, de fato. Há seis aqui que já sofreram algum tipo de atentado direto contra as suas vidas. Não vou citar os nomes por uma questão de segurança.

Vou citar a Deisy Menezes, nossa Coordenadora de Política para as Mulheres Pescadoras da Associação Homens e Mulheres do Mar, da Baía de Guanabara; o Michel, Presidente da Associação dos Pescadores Livres de Pacobaíba; o Paulo Tiziu, fundador da AHOMAR e tesoureiro do nosso SINDPESCA/RJ; o Josivaldo, que é segundo secretário da AHOMAR; o Jair, que é nosso fundador e segundo tesoureiro também do SINDPESCA; o Otto Sobral, que é diretor da FAPESCA e da



Colônia de Pesca Z-7; o André Luiz Espírito Santo, que é da FAPESCA e da CONFAPESCA; o meu neto Cauã, que talvez não seja pescador, mas vai ser um lutador da pesca e já está aprendendo isso no meio de pessoas boas.

Quero dizer para vocês que nós estamos nos unindo. A PETROBRAS, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, os secretariados já sabem que há uma movimentação, de fato, de unificação da categoria na Baía de Guanabara. Historicamente, associações, cooperativas e colônias tinham muitos entraves. Pela necessidade de se fazer a manutenção da vida da Baía de Guanabara e dos pescadores, nós estamos tendo que nos unir. Vocês estão vendo aqui um grande exemplo. Em alguns dos nossos encontros, vocês veem que hoje há uma unificação.

Vou deixar um recado aqui, porque nós escutamos a voz das ruas. Acho que este Congresso, o Senado escutou a voz das ruas. Ainda não entendeu bem a voz das ruas, mas eu digo: eu acho bom escutar o grito que vem do mar.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Alexandre.

Vou passar a palavra à nossa última convidada, mas antes lembro que chegou aqui, através do Deputado Marcelo Freixo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, uma nova e grave denúncia: um relatório da Associação dos Geógrafos Brasileiros, através do Coordenador do seu Grupo de Trabalho Agrário, Paulo Alentejano, dando conta de que o COMPERJ — sempre ele; aliás, falava-se isso do Eike: “sempre ele, o Eike Batista” — está construindo uma barragem no Rio Guapiaçu, impactando diretamente 500 famílias de pequenos agricultores. Ali havia um projeto do próprio COMPERJ, da área ambiental, para resgatar aquela área, protegê-la e cuidar daquela bacia. Ao mesmo tempo, nessa compartimentação absurda das licenças ambientais, agora eles fazem uma barragem que está provocando efeitos terríveis ali.

Eu tenho a denúncia aqui, o relatório de duas páginas, do dia 6 de novembro. Nós vamos levar isso à reunião de segunda-feira da UFF e incorporar ao relatório desta audiência pública. Está recebido e registrado.

Por fim, tem a palavra a Luciana.

A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - Obrigada, Deputado.



Inicialmente, Maicon, só para lhe dar uma resposta expressa, nós sabemos que a equipe já tratou desse assunto com os representantes da AHOMAR e com os defensores protegidos, dessa questão específica que você mencionou. Se se avaliar necessário, a equipe está aqui presente para que nós possamos voltar a tratar desse assunto, mas nós já conversamos sobre isso. Já houve uma reunião da equipe técnica do programa contigo.

Sobre o que disse o André, a equipe está aqui também, a Camila Dias, que é representante...

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - A gente vê assim: só quem sofre e sente a dor é que sabe como amenizar.

A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - Sim, claro.

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Não adianta o médico vir me dar um remédio e dizer que vai ter um efeito prolongado. O nosso papel da FAPESCA é exatamente minimizar isso, mas resolver o problema.

Nós estivemos com o Fernando Matos há algum tempo. Ele participou de todo o processo. Ele se encontrou conosco três vezes e entendeu a questão do Luiz Carlos da Silva Oliveira, a tensão de tudo isso.

Seis famílias não quiseram migrar para o programa, e somente a FAPESCA está com essa responsabilidade de dar salvaguarda a eles, porque eles não querem que ninguém saiba onde eles estão; ninguém! Eles foram muito claros. Só existem duas pessoas que sabem para onde eles foram: eu e o Presidente Mizael de Lima. Eles não querem participar. Eles acham extremamente perigoso estar no programa, como o Luiz Carlos se sentiu ameaçado algumas vezes, lá onde ele está.

A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - André, eu queria te fazer uma solicitação: a coordenação da equipe está aqui para que a gente possa, ao final da audiência pública, sentar e conversar um pouco mais reservadamente contigo sobre esse assunto.

O SR. ANDRÉ LUIZ ESPÍRITO SANTO - Eu agradeço.

A SRA. LUCIANA SILVA GARCIA - Eu é que agradeço.

Com relação ao programa, especificamente, eu queria pontuar que o programa tem avançado, sim. Há um processo de qualificação. Eu agradeço ao



Vereador Henrique, que na sua exposição falou da importância da qualificação da proteção em si.

Eu pontuei isto inicialmente: no Programa de Proteção aos Defensores, nós temos plena consciência de que esse programa é extremamente desafiante, é construído dia a dia. Há um princípio da coordenação do programa e da Secretaria de Direitos Humanos em fazer uma construção desse programa com o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil organizada. Nós temos plena consciência de que, sem isso, o programa não funciona. Por isso, estamos aqui presentes para ouvir a fala da Plataforma DHESCA; ouvir o Alexandre, que é protegido, o Michael e os demais defensores de direitos humanos aqui presentes. Mas eu queria registrar e pontuar que o programa tem, sim, avançado.

É um programa desafiante. A gente tem construído isso dia após dia. Nós temos inúmeros exemplos de desafios que enfrentamos, situações difíceis de ameaça a defensores. Temos a questão das lideranças indígenas tupinambás no sul da Bahia, uma situação absolutamente grave, que nós temos conseguido enfrentar com as parcerias estaduais, com a parceira da sociedade civil, com as organizações de direitos humanos, com o movimento indígena. Recentemente, enfrentamos também uma situação de conflito iminente em Luciara, no Mato Grosso, também com lideranças que foram incluídas no programa de proteção na última reunião da coordenação nacional.

Então, nós temos avançado. Temos plena consciência de que é um programa em construção, que conta com dificuldades incríveis, mas eu acredito que uma fala positiva fortalece o programa de proteção como um todo. Eu acho que eu tenho a obrigação de fazer essa fala positiva aqui, para garantir que o programa também encontre parceiros onde, às vezes, é difícil encontrar parceria. Daí a importância de se visibilizar positivamente o programa e se colocar casos de êxito. Nós temos casos difíceis, sim; mas nós temos casos exitosos, sim. É importante ressaltar o trabalho que é feito junto aos defensores, o trabalho de visibilização positiva desses defensores dos direitos humanos.

Um exemplo é uma publicação que nós fizemos, na qual o Alexandre é uma figura importante: *Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil*. Trata-se de



uma publicação que tem divulgado o trabalho dessas lideranças que estão protegidas pelo programa no Brasil inteiro, e fora do País também.

Eu queria reforçar a importância da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em que foi debatido estrategicamente o aprimoramento do programa, junto com a sociedade civil organizada, com representantes do Estado brasileiro, com os comissionados, em que foi mencionada a importância da existência desse programa no continente latino-americano e o protagonismo do Brasil nesse sentido.

Só queria reforçar que sabemos dos desafios. Temos consciência dos desafios e trabalhamos com eles, mas eu também não posso deixar de mencionar que o programa tem avançado positivamente, sim. Eu citei alguns exemplos. Nós temos feito um trabalho árduo nos Estados. A equipe federal está aqui presente. Se quiserem participar das reuniões da Coordenação Nacional, para terem um conhecimento mais aprofundado do funcionamento do programa, eu estendo o convite sempre a todos e a todas.

Com relação especificamente ao acolhimento da situação vivida pelos defensores do Rio de Janeiro, a situação do Alexandre e do Michael é absolutamente excepcional dentro da realidade do programa. Essa não é a regra do programa. O programa prima pela manutenção dos defensores e defensoras de direitos humanos no seu local de atuação. Esse é o princípio do programa. A sua situação, Alexandre — você sabe disso e conhece isso melhor do que ninguém, e a Deisy também —, é absolutamente excepcional. Esses defensores e defensoras estão fora de Magé. Nós temos trabalhado intensamente.

A Secretaria de Direitos Humanos tem trabalhado intensamente para que essa realidade seja revertida. Amanhã, o Coordenador-Geral da Secretaria de Direitos Humanos estará no Rio de Janeiro para tratar pessoalmente da situação de arrombamento da sede da AHOMAR, como foi mencionado pela colega da Justiça Global. Nós já tratamos disso, já fomos à delegacia ontem acompanhar a averiguação do que aconteceu e a perícia no local. Amanhã, estaremos presentes no Rio de Janeiro. Faremos um trabalho específico com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro para verificar essas informações.



Estamos trabalhando para a construção de um núcleo de inteligência específico para programas de proteção. Nós sabemos que é importante verificar as causas das ameaças, investigá-las e judicializá-las, se for necessário, para que o Poder Judiciário e o Ministério Público atuem dentro dos limites da sua competência. Nós estamos trabalhando para a construção desse núcleo de inteligência e acreditamos que isso vá aprimorar, cada vez mais, o programa.

Eu queria ressaltar que, no Programa de Proteção de Defensores, a situação do Rio de Janeiro está sempre na nossa pauta de trabalho. Nós nunca baixamos a guarda no sentido de não tratarmos prioritariamente a situação dos defensores e defensoras de direitos humanos do Rio de Janeiro que estão inseridos no programa. Tanto é assim que, assim que tomamos conhecimento da situação do arrombamento da sede da AHOMAR, imediatamente a equipe se fez presente. O Coordenador-Geral da Secretaria de Direitos Humanos estará presente amanhã no Rio de Janeiro. Então, tratamos isso com prioridade.

É claro que é um desafio, é uma construção, é um trabalho árduo, mas eu queria reforçar aqui que são importantes o trabalho e o fortalecimento desse programa, a participação da sociedade civil organizada, dos parceiros do Poder Legislativo local, para que se possa garantir uma proteção plena a esses defensores.

Não é fácil. Não é fácil mesmo! Vocês, defensores protegidos, sabem disso muito mais do que eu. Mas é em momentos como este, nesta audiência pública, em que temos tranquilidade para discutir também o programa de proteção, que construímos o fortalecimento da política e o fortalecimento do programa.

Eu queria agradecer o convite para participar pela Secretaria de Direitos Humanos e reforçar o convite para que a Plataforma possa apresentar esse relatório na reunião da Coordenação Nacional, nos dias 25 e 26.

Obrigada, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Luciana.

Nós queremos que a Secretaria de Direitos Humanos não seja uma espécie de *ombudsman* das políticas de Governo — aquele que, no jornal, recebe as críticas, publica, tem uma isenção —, mas que ela incida sobre essas políticas e não dê matéria bruta para o trabalho de vocês. (*Risos.*)



Nós vamos produzir um relatório final desta audiência pública, que será registrado nos Anais da Câmara e divulgado no programa *A Voz do Brasil*. Nós vamos fazer requerimentos de informações a órgãos governamentais federais que se omitiram aqui hoje, inclusive aos Ministérios da Pesca, do Meio Ambiente, de Minas e Energia, à PETROBRAS. Nós vamos tomar as iniciativas que estão ao nosso alcance, somando-nos a essa articulação ampla e necessária para que o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que é o empreendimento, não seja o símbolo de um progresso que degrada, de um progresso que atrasa e até ceifa vidas. Isso não é admissível, não é adequado, não tem nada a ver com o tão decantado desenvolvimento sustentável. Isso não se sustenta.

Esta audiência foi reveladora nesse sentido. Ela trouxe não só considerações de ordem teórica, formulações, mas também testemunhos de vida e de sofrimento humano. E a finalidade do Parlamento na atuação pública e da ciência é combater o sofrimento humano, ou reduzi-lo, pelo menos.

Hoje à tarde, as apresentações dos nossos palestrantes nesta audiência já estarão disponíveis aos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, uma das mais eficientes da Câmara, no *link* “audiências públicas”. Cheguem lá, reproduzam. A gente só combate a mídia seletiva, corporativa, interessada, que, obviamente, acha que o COMPERJ é sem problemas, até porque são os grandes anunciantes que fazem esses empreendimentos privados de comunicação funcionar. Vamos, então, criar a nossa comunicação mais horizontal e democrática. Então, aproveitem lá e reproduzam esse *link* da Comissão de Meio Ambiente em “audiências públicas”.

Amanhã é sexta-feira, 8 de novembro, tenham todos uma boa sexta.

O Vereador Henrique tem um comunicado a fazer. Com prazer. Você veio de onde?

O SR. HENRIQUE VIEIRA - Eu conheço a sua militância histórica e sei que ela é repleta de sensibilidade poética e literária. (*Risos.*) Na fala dos pescadores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Poesia numa hora dessas?!

O SR. HENRIQUE VIEIRA - Na fala dos pescadores, dos trabalhadores, eu ousei fazer um breve verso, para sintetizar o nosso sonho. Gostaria de pedir autorização para ler.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Total! Ou seja, quem tem veia poética e essa sensibilidade é o Henrique Vieira.

O SR. HENRIQUE VIEIRA - Não. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Isso é raro na vida pública.

O SR. HENRIQUE VIEIRA - É, mas devia ser a regra.

*“Que se registre o grito do mar,
que se sacralize o sangue que cai sobre a terra,
quilombolas, ergam sua voz,
índios, façam sua dança,
homens e mulheres do mar, resistam com esperança.
Que o progresso se converta à vida
para que não seja o início do fim.
Quem sabe um dia não haverá necessidade de proteção,
Porque, com liberdade e segurança,
o trabalhador ganhará o seu pão.” (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Amém!

Já vai ser a epígrafe do nosso relatório, sem pagar direitos autorais. (Risos.)

O SR. HENRIQUE VIEIRA - Sou contra direitos autorais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Isso!

Assine a autorização. Publicação não autorizada, se você não assinar. (Risos.) Nós somos a favor das biografias livres. A biografia de um poeta são os seus poemas.

Muito bem, gente! Muito obrigado, tenham uma boa tarde. Vamos em frente! Vamos à luta! Obrigado a todos os convidados, à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente, que muito nos apoiou aqui. Valeu! Estamos aí.

Está encerrada a reunião.